

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELA SILVA FERREIRA

CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA E EDUCAÇÃO JURÍDICA CRIMINAL: ANÁLISE DE SEUS  
IMPACTOS NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE DIREITO SOBRE A QUESTÃO  
CRIMINAL

CURITIBA

2017

GABRIELA SILVA FERREIRA

CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA E EDUCAÇÃO JURÍDICA CRIMINAL: ANÁLISE DE SEUS  
IMPACTOS NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE DIREITO SOBRE A QUESTÃO  
CRIMINAL

Monografia apresentada como requisito parcial à  
obtenção do título de bacharela, Curso de  
Graduação em Direito, Setor de Ciências  
Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Priscilla Placha Sá  
Co-orientador: Prof. Ricardo Prestes Pazello

CURITIBA  
2017

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a minha mãe, Andréa Maria e Silva Ferreira, por tudo aquilo que sentimos mas não temos capacidade para verbalizar, me vindo à mente apenas a expressão “amor incondicional” para descrever o que permeia nossa relação.

Agradeço a meu pai, Evandro Ferreira, por me ensinar que as pessoas tímidas demonstram seu amor não com palavras, mas com infindáveis gestos de carinho, como acordar horas antes do necessário por uma década apenas para ajudar a filha notívaga a conseguir levantar e ir para a aula.

Agradeço a minha avó, Maria das Graças da Silva, por me animar toda vez que o medo ou a ansiedade me encontram, exibindo sua espontaneidade contagiante e me fazendo acreditar que a vida é uma grande pista de dança, em que os tombos, as pessoas que vêm e as pessoas que vão fazem a beleza da festa.

Agradeço a meu avô, João Batista da Silva, o mais sincero amigo que tive, por ter empenhado seus últimos anos de vida para o desenvolvimento saudável de sua “fiinha”, cuja infância foi mais bela pela presença de seu amor tão profundo.

Agradeço a minhas companheiras e companheiros do Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular Isabel da Silva – MAJUP e das Promotoras Legais Populares - PLPs, ao lado de quem aprendi que a ternura não é um defeito, é o que rega as sementes do projeto popular.

Agradeço às pessoas que decidiram construir comigo o laço da amizade, compartilhando momentos felizes e tristes, me ensinando, assim, que relacionamentos verdadeiros são relacionamentos por inteiro.

Agradeço especialmente a Bruna Maria Wisinski Tomasoni, amiga que segurou minha mão em muitas das passagens mais sombrias da minha vida e compartilhou o riso nas mais alegres. Também agradeço infinitamente a Amanda Karoline de Sousa Clemente, Fernanda Dias Ornelas, Isabela Costa Rodrigues e Karla Alves Mendonça, que souberam tornar coloridos os dias cinzentos típicos de nosso lugar de quintoanistas.

Agradeço à professora Priscilla Placha Sá por sempre demonstrar coerência entre discurso e prática, por respeitar e encorajar as/os estudantes a participarem ativamente da construção do conhecimento, por volta e meia, sendo um exemplo de

advogada criminal, me fazer pensar que não preciso seguir para a medicina para me encontrar em uma carreira profissional e por me mostrar o caminho nesse terreno tortuoso e desafiador da monografia.

Agradeço ao professor Ricardo Prestes Pazello por caminhar ao lado das/os educandas/os e por ter me acompanhado em tantos momentos de minha trajetória na graduação, desde o primeiro artigo até esse trabalho de fechamento do ciclo, sempre se preocupando com meu desenvolvimento e me respeitando em minhas inúmeras limitações.

Agradeço a Ana Carolina Brolo de Almeida e a Keity Cruz pela imensa paciência e empenho e pelas várias vezes que pararam o ritmo intenso de trabalho para me guiar e me lembrar da capacidade que nós estudantes temos de ser autônomas/os.

Agradeço ao professor Leandro Franklin Gorsdorf, porque nos momentos em que mais tive vontade de abandonar o curso, as atividades do Núcleo de Prática Jurídica em Direitos Humanos e a disciplina Direito e Teatro me fizeram ter esperança novamente.

Agradeço à professora Katie Silene Cáceres Arguello pela crença na educação e por todo empenho em nos apresentar a criminologia, contribuindo para que a garota de 16-17 anos que chegou na primeira aula dessa disciplina com um caderno temático da série “CSI” pudesse agora encará-la com ao menos um tiquinho mais de maturidade.

## RESUMO

O presente trabalho busca traçar um esboço de perfil de estudante de graduação em direito da Universidade Federal do Paraná diante da questão criminal no que toca à incidência dos dispositivos “criminologia midiática” e “educação jurídica criminal”, os quais são encarados como disseminadores de ideologias conservadoras da ordem. O primeiro conceito liga-se ao punitivismo, enquanto o segundo relaciona-se a um modelo liberal-normativista-individualista no qual o tecnicismo na educação intensifica a produção de um senso comum teórico dos juristas. O trabalho almeja, ademais, uma abertura da produção acadêmica jurídica para a pesquisa empírica, de modo a se desafiar a hermeticidade normalmente observada. A elaboração do trabalho conta com a pesquisa bibliográfica na construção da base teórica que orienta a aproximação frente aos dados coletados. Essa, por sua vez, se dá pelos métodos hermenêutico-dialético e pela análise de conteúdos. Não se pretende, porém, a redução da realidade das/os estudantes às informações apresentadas, servindo o perfil delineado para novas reflexões sobre as principais temas em análise. Nesse sentido, percebe-se uma faísca estudantil na direção de uma educação que promova uma postura mais ativa, bem como um relativo afastamento da postura punitivista da criminologia midiática em nível superficial, o que não se mantém em observação mais profunda, não afastando totalmente, porém, sua orientação progressista.

Palavras-chave: criminologia midiática. educação jurídica criminal. senso comum teórico. questão criminal.

## **ABSTRACT**

The present work seeks to outline a Federal University of Paraná undergraduate law student's profile against the criminal issue regarding the incidence of the "media criminology" and "criminal legal education" devices, which are seen as disseminators of conservative ideologies conservative. The first concept is linked to punitivism, while the second is related to a liberal-normative-individualist model in which technicality in education intensifies the production of a jurists' theoretical common sense. The work also seeks an juridical academic production opening for empirical research, in order to challenge the normally observed tightness. The elaboration of the work counts on the bibliographical research in the construction of the theoretical base that guides the approach face the collected data. This approach, in turn, is given by the hermeneutic-dialectical method and the content analysis. However, it is not intended to reduce the students' reality to the information presented, serving the outlined profile for new reflections on the main topics under analysis. For that matter, we perceive a student spark in the direction of an education that promotes a more active stance, as well as a relative distance from the punitivist position of media criminology at the superficial level, which is not kept in a deeper observation, what does not, however, withdraw their progressive orientation.

Key-words: mediatic criminology. criminal legal education. theoretical common sense. criminal question.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - QUESTÕES LANÇADAS AO 1º ANO.....	32
QUADRO 2 - QUESTÕES LANÇADAS AO 5º ANO.....	35
GRÁFICO 1 - TURNOS DO PRIMEIRO ANO.....	42
GRÁFICO 2 - TURNOS DO QUINTO ANO.....	43
GRÁFICO 3 - FAMILIARES DE PRIMEIROANISTAS ATUANTES NO DIREITO..	43
GRÁFICO 4 - FAMILIARES DE QUINTOANISTAS ATUANTES NO DIREITO.....	44
GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO DO PRIMEIRO ANO EM MOVIMENTOS SOCIAIS.....	45
GRÁFICO 6 - PARTICIPAÇÃO DO QUINTO ANO EM MOVIMENTOS SOCIAIS.	45
GRÁFICO 7 - MEIOS DE ACESSO A NOTÍCIAS PARA O PRIMEIRO ANO.....	46
GRÁFICO 8 - MEIOS DE ACESSO A NOTÍCIAS PARA O QUINTO ANO.....	47
GRÁFICO 9 - INSERÇÃO DO 5º ANO EM ATIVIDADES ACADÊMICAS PARA ALÉM DO ENSINO.....	48
QUADRO 3 - MEIOS DE ACESSO A NOTÍCIAS PREFERIDOS PELAS/OS PRIMEIROANISTAS.....	50
GRÁFICO 10 - POSTURA DO 1º ANO QUANTO À NEUTRALIDADE DA MÍDIA.	52
QUADRO 4 - MEIOS DE ACESSO A NOTÍCIAS PREFERIDOS PELAS/OS QUINTOANISTAS.....	53
GRÁFICO 11 - POSTURA DO 5º ANO QUANTO À NEUTRALIDADE DA MÍDIA..	55
GRÁFICO 12 - TEMAS QUE DESPERTAM ATENÇÃO DE PRIMEIROANISTAS EM NOTÍCIAS CRIMINAIS.....	56
GRÁFICO 13 - TEMAS QUE DESPERTAM ATENÇÃO DE QUINTOANISTAS EM NOTÍCIAS CRIMINAIS.....	57
GRÁFICO 14 - POSTURA DAS/OS PRIMEIROANISTAS SOBRE DIVULGAÇÃO MIDIÁTICA DE INFORMAÇÕES ORIUNDAS DE PROCESSOS CRIMINAIS.....	64
GRÁFICO 15 - POSTURA DAS/OS PRIMEIROANISTAS SOBRE UTILIZAÇÃO EM PROCESSOS CRIMINAIS DE INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELA MÍDIA.....	64

GRÁFICO 16 - POSTURA DAS/OS QUINTOANISTAS SOBRE DIVULGAÇÃO MIDIÁTICA DE INFORMAÇÕES ORIUNDAS DE PROCESSOS CRIMINAIS.....	65
GRÁFICO 17 - POSTURA DAS/OS QUINTOANISTAS SOBRE UTILIZAÇÃO EM PROCESSOS CRIMINAIS DE INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELA MÍDIA.....	66
QUADRO 5 - MÍDIAS DE ENTRETENIMENTO ACESSADAS PELO PRIMEIRO ANO.....	68
QUADRO 6 - MÍDIAS DE ENTRETENIMENTO ACESSADAS PELO QUINTO ANO.....	71
GRÁFICO 18 - INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA ESCOLHA PELO CURSO DE DIREITO PARA AS/OS PRIMEIROANISTAS.....	75
GRÁFICO 19 - INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA ESCOLHA PELO CURSO DE DIREITO PARA AS/OS QUINTOANISTAS.....	76



## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - POSTURA DO PRIMEIRO ANO DIANTE DE TEMAS ATINENTES À QUESTÃO CRIMINAL.....	61
TABELA 2 - POSTURA DO QUINTO ANO DIANTE DE TEMAS ATINENTES À QUESTÃO CRIMINAL.....	62

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA E EDUCAÇÃO JURÍDICA TECNICISTA: DISPOSITIVOS PARA (RE)PRODUÇÃO DE IDEOLOGIAS DOMINAN- TES VIA CONSTRUÇÃO DO SENSO COMUM TEÓRICO DAS/OS JURISTAS.....</b>	<b>14</b>
2.1	IDEOLOGIA: UMA APROXIMAÇÃO ONTOLÓGICA.....	14
2.2	MEIOS DE COMUNICAÇÃO E CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA.....	17
2.3	EDUCAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL.....	21
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA DE PESQUISA E DETERMINAÇÕES FUNDAMENTAIS PARA A ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS EM CAMPO.....</b>	<b>28</b>
3.1	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	28
3.1.1	Modalidades de pesquisa empregadas.....	29
3.1.2	Recorte quanto ao universo a ser pesquisado.....	30
3.1.3	Pesquisa de campo: procedimentos para a coleta dos dados.....	31
3.1.4	Análise dos dados coletados: método hermenêutico-dialético e análise de conteúdos.....	38
3.2	DETERMINAÇÕES FUNDAMENTAIS: PONTOS DE PARTIDA.....	40
3.2.1	Categorias gerais e abstratas: criminologia midiática e educação jurídica criminal.....	40
3.2.2	Contexto no qual o grupo estudado se insere.....	42
<b>4</b>	<b>A INGERÊNCIA DA MÍDIA E DA EDUCAÇÃO JURÍDICA SOBRE A COMPREENSÃO DAS/DOS ESTUDANTES ACERCA DA QUESTÃO CRIMINAL: ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....</b>	<b>49</b>
4.1	A INFLUÊNCIA DAS ABORDAGENS MIDIÁTICAS ACERCA DA QUESTÃO CRIMINAL SOBRE A PERCEPÇÃO DAS/OS ESTUDANTES.....	49
4.1.1	O impacto das notícias.....	50
4.1.2	O impacto das mídias de entretenimento.....	68
4.1.3	Influência da mídia na escolha pelo curso de Direito.....	74
4.2	O LUGAR DA EDUCAÇÃO JURÍDICA NA FORMAÇÃO DE IMAGINÁRIO(S) SOBRE A QUESTÃO CRIMINAL.....	77

<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>88</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é observar o impacto que a criminologia midiática e a educação jurídica criminal exercem sobre a percepção de estudantes dos primeiro e quinto anos do curso de graduação em direito da Universidade Federal do Paraná. Tal busca é iniciada pela delimitação dos conceitos “criminologia midiática” e “educação jurídica criminal”. Em relação ao primeiro termo, parte-se, especialmente, da obra de Eugenio Raúl Zaffaroni (“A Questão Criminal”) e de Nilo Batista (“Mídia e sistema penal no capitalismo tardio”). No tocante ao segundo assunto, utilizam-se principalmente compreensões de Luis Alberto Warat, sendo trazidos, também, alguns pontos de vista de Pierre Bourdieu e Lenio Luis Streck.

Na sequência, classificam-se as categorias criminologia midiática e educação jurídica criminal tecnicista como “dispositivos” no sentido proposto Giorgio Agamben, com fim de demonstrar que são elas mecanismos capazes de direcionar a percepção e a atuação prática dos sujeitos nelas envolvidos. Por conta dessa compreensão, relaciona-se o tema com o conceito de “ideologia”, numa aproximação ontológica, com base nos apontamentos de Ana Lia Vanderlei de Almeida, que se alicerça nos trabalhos de István Mészáros, Gyorgy Lukács e Karl Marx.

Pretende-se demonstrar, no primeiro capítulo, que tais dispositivos se voltam para a produção de ideologias dominantes, o que, no que toca à questão criminal, configura-se na produção de perspectivas e práticas punitivistas. Ademais, aponta-se que o campo acadêmico é espaço importante na construção do “senso comum teórico do jurista” por meio de uma forte incidência do fenômeno por Warat denominado “processo de pinguinização”.

Posteriormente, é apresentada, no segundo capítulo, a metodologia de pesquisa empregada para a coleta de informações entre os grupos pesquisados, bem como para o tratamento de tais dados. Nesse sentido, expõe-se os questionários apresentados, com explicação da relevância de cada item, e os caminhos tomados para aplicação. Ademais, trabalha-se com as noções das propostas do método hermenêutico-dialético e da análise de conteúdos para definir a forma de aproximação diante dos dados. Ainda, lembra-se da inserção da autora em um dos grupos pesquisados e provisória e humilde compreensão elaborada sobre as informações angariadas.

Em seguida, dedica-se à exposição e compreensão dos resultados, utilizando-se categorias específicas para a análise, as quais se busca articular com as categorias gerais exploradas ao longo do trabalho. São trazidas, também, compreensões teóricas de autoras/es que refletem sobre os assuntos que emergem dos dados coletados.

Finalmente, conclui-se com a apresentação de um esboço de perfil de estudante da graduação em direito, sem a pretensão de enclausuramento da realidade social nos dados. Tampouco se crê ser a interpretação conferida às informações a única possível.

O que se almeja ao percorrer o itinerário exposto é fornecer compreensões e dados a partir das quais possam ser estabelecidos novos questionamentos quanto às possibilidades e limitações de posturas e práticas comprometidas com um projeto emancipatório tanto no campo da educação jurídica quanto na esfera midiática. Ademais, busca-se uma abertura à pesquisa empírica, porque, mesmo compreendendo as dificuldades suscitadas por esse formato de investigação, compreende-se a necessidade de conferir à produção acadêmica construída no âmbito das faculdades de direito o “colorido” que por essa porta entra.

Cabe, ainda, uma última observação. Ao se importar com a presença de tal “colorido”, ao longo do trabalho procurou-se o emprego de termos que não reproduzissem racismo, machismo, LGBTIfobia linguísticos ou outras formas de opressão que marcam a linguagem. Por essa razão, tentou-se não inserir marcadores de gênero quando possível e, nos momentos em que não se conseguiu, adicionaram-se indicadores da presença feminina igualmente. Todavia, não escapa a autora da possibilidade reproduzir formas de discriminação negativa próprias do ambiente em que foi socializada.

## **2 CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA E EDUCAÇÃO JURÍDICA TECNICISTA: DISPOSITIVOS PARA (RE)PRODUÇÃO DE IDEOLOGIAS DOMINANTES VIA CONSTRUÇÃO DO SENSO COMUM TEÓRICO DAS/OS JURISTAS**

Longe de promover emissão de informações destituída de juízos de valor, a mídia configura-se, na verdade, como canal de transmissão de visões de mundo determinadas, verificáveis a partir dos recortes e enfoques temáticos produzidos por este setor sobre a infinidade de acontecimentos diários. A partir de tal propagação de certas compreensões, a mídia se mostra como um instrumento de formação da percepção dos receptores de suas mensagens acerca dos temas que escolhe cobrir. Assim, a postura que as pessoas assumem, teórica e praticamente, diante dos assuntos apresentados pelos meios de comunicação relacionam-se com a posturas que esses meios difundem.

Dessa forma, é possível conceber a mídia como uma das variedades nas quais as formas ideológicas têm implicações. A fim de conferir sustentação à tal concepção, mostra-se necessário encarar o tema “ideologia” mais atentamente, assunto que também perpassa o estudo sobre os conceitos “criminologia midiática” e “senso comum teórico”.

### **2.1 IDEOLOGIA: UMA APROXIMAÇÃO ONTOLÓGICA**

Pode-se indicar, a partir dos ensinamentos de Ana Lia Vanderlei de Almeida, embasada em István Mészáros, que as ideologias

são processos de consciência que orientam efetivamente certas práticas (sejam elas de conservação ou transformação da ordem) relacionadas aos embates entre forças sociais contrapostas na sociedade de classe.<sup>1</sup>

Essa compreensão do termo, porém, não é de longe a única, sendo sua história conceitual “bastante polêmica, confusa e complexa”<sup>2</sup>. Cabe, portanto, brevíssimo apanhado das perspectivas que orientam o olhar sobre o assunto.

---

<sup>1</sup> ALMEIDA, A. L. V. de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 51.

<sup>2</sup> ALMEIDA, A. L. V. de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 48.

Almeida indica que o surgimento do interesse pela “ideologia” ocorre quando a obtenção de um suposto conhecimento verdadeiro é tida como condição de um projeto científico localizado na transição histórica para a modernidade<sup>3</sup>. As teorizações diretas acerca do assunto, por sua vez, vieram como “resposta aos primeiros confrontos entre burguesia e proletariado dentro dos desdobramentos da Revolução Francesa”<sup>4</sup>. No início do século XIX, um conjunto de filósofos, encabeçados por Destutt de Tracy, se empenhou em elaborar uma ciência hábil a explicar a formação das ideias, a qual chamaram de “ideologia”<sup>5</sup>. Num primeiro momento, tal projeto recebeu o apoio de Napoleão. Entretanto, após divergências do grupo para com os anseios autoritários bonapartistas, Napoleão passou a persegui-los, afirmando que ideologia era um descompasso entre o pensamento e a realidade. A partir de então, essa é a compreensão à qual a questão da ideologia esteve predominantemente fadada<sup>6</sup>.

No que toca às análises marxistas sobre o assunto, Almeida cita Carlos Nelson Coutinho para indicar que há uma transição entre um enfoque epistemológico e um olhar ontológico. O primeiro preocupa-se com a verdade e a falsidade das ideias, enquanto o segundo ocupa-se com a “compreensão da ideologia como um meio de cognição para intervenção prática na realidade”<sup>7</sup>. Segundo Almeida, Karl Marx, István Mészáros e Gyorgy Lukács estão localizados no segundo grupo porque “nos três a concepção materialista da história leva à compreensão das ideologias como formas de consciência enraizadas na vida real/material”<sup>8</sup>.

---

<sup>3</sup> ALMEIDA, A. L. V. de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 48.

<sup>4</sup> ALMEIDA, A. L. V. de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 49.

<sup>5</sup> ALMEIDA, A. L. V. de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 49.

<sup>6</sup> ALMEIDA, A. L. V. de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 50.

<sup>7</sup> ALMEIDA, A. L. V. de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 56.

<sup>8</sup> ALMEIDA, A. L. V. de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 54.

A percepção ontológica concebe, assim, a ideologia como “algo que não está apenas situado no plano da consciência e diz respeito à práxis, levando os sujeitos a tomar partido nos conflitos que os cercam”<sup>9</sup>. Nesse sentido, é possível que as principais ideologias de uma época assumam, muitas vezes, a forma de “falsa consciência” por conta das contradições oriundas da necessidade de se adequar ao quadro de referência constituído pelas práticas produtivas dominantes. Entretanto, esse é um momento subordinado das ideologias, segundo a perspectiva ontológica fundada em Mészáros. Seu momento predominante seria “a função que exercem ao orientar a ação dos sujeitos junto aos conflitos que estão envolvidos na sociedade de classes”<sup>10</sup>. Desse modo, a questão da ideologia não se relaciona a um problema de cognição e sim à função exercida pelas ideologias para a reprodução da totalidade social, sendo sua base, portanto, a produção material da vida humana.<sup>11</sup>

Assim, as formações ideológicas relacionar-se-iam com a divisão da sociedade em classes antagônicas, visto que “qualquer posição a respeito de um aspecto realmente importante da sociedade de classes exigirá tomar partido por um lado, e não por outro”<sup>12</sup>. Nesse sentido, não há como escapar do terreno ideológico, possibilidade lançada, segunda Almeida, por aqueles que reduzem as ideologias à falsa consciência, para os quais “bastaria o pensamento se encontrar com a ‘verdade’ para operar a mudança na realidade”<sup>13</sup>.

Dessa forma, o que importa para a definição de formas de consciência enquanto ideologia é seu papel social de orientação da “ação dos sujeitos que se contrapõem com perspectivas opostas na sociedade de classes”<sup>14</sup>, não havendo, portanto, ideologia sem prática. Nesse ponto, é possível traçar semelhança com a

<sup>9</sup> ALMEIDA, A. L. V. de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 51.

<sup>10</sup> ALMEIDA, A. L. V. de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 53.

<sup>11</sup> ALMEIDA, A. L. V. de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 62-63.

<sup>12</sup> ALMEIDA, A. L. V. de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 65.

<sup>13</sup> ALMEIDA, A. L. V. de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 65.

<sup>14</sup> ALMEIDA, A. L. V. de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 64.



categoria “dispositivo”, adiante explorada, em razão da função desses em direcionar a percepção do sujeito e, conseqüentemente, sua atuação no mundo.

Como exposto anteriormente, um dos mecanismos de produção e disseminação de ideologias são os órgãos de comunicação. Nesse espaço se desenvolve a denominada “criminologia midiática”, adiante discutida.

## 2.2 MEIOS DE COMUNICAÇÃO E CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA

Exatamente no campo dos órgãos de comunicação é que se desenvolve o que Eugenio Raúl Zaffaroni chama de “criminologia midiática”, a qual consiste na visão da questão criminal construída nos meios de comunicação. Na criminologia midiática, o direcionamento de percepção acontece pela construção de estereótipos para as categorias “criminosos” e “vítimas”, elaborados com vista a injetar no primeiro grupo a “causalidade mágica” de todos os perigos da sociedade<sup>15</sup>.

O poder desta “criminologia midiática” deve ser compreendido a partir do atual contexto de especial vinculação entre mídia e sistema penal, a qual, aponta Nilo Batista, “constitui, por si mesma, importante característica dos sistemas penais do capitalismo tardio”<sup>16</sup>. Como consequência deste cenário, o autor indica a existência de uma “ultrapassagem da mera função comunicativa por parte da mídia”<sup>17</sup>, passando esta por um processo de “executivização” de suas agências.<sup>18</sup>

Apesar de a legitimação do sistema penal pela imprensa não ser exclusiva da conjuntura econômica e social proporcionada pelo capitalismo tardio, neste período as condições sociais da transição econômica conferem certa especificidade à relação mídia-sistema penal. Ocorre aqui a necessidade do empreendimento neoliberal de se ter a onipresença e a capilarização do poder punitivo que controle os contingentes humanos por ele marginalizados, sendo possível assim sua hegemonização e sustentação. Ao lado desse cenário, os lucros astronômicos dos

<sup>15</sup> ZAFFARONI, E.R. A Questão Criminal. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013, item 37, edição e-pub.

<sup>16</sup> BATISTA, N. Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2017, p. 1.

<sup>17</sup> BATISTA, N. Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2017, p. 1.

<sup>18</sup> BATISTA, N. Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2017, p. 1.

grandes negócios das telecomunicações os colocam em um lugar econômico central.<sup>19</sup>

Neste cenário, a imprensa assume um compromisso com o empreendimento neoliberal. Este vínculo é apontado por Batista como chave de compreensão da relação legitimante entre mídia e sistema penal, legitimação esta que ocorre por “constante alavancagem de algumas crenças, e um silêncio sorridente sobre informações que as desmintam”<sup>20</sup>. Aqui se manifesta o novo credo criminológico da mídia, cujo núcleo é uma percepção sobre a própria pena, a qual é exposta como “rito sagrado de solução de conflitos”, tornando a equação penal “se houve delito, tem que haver pena” a lente ideológica do olhar midiático sobre a vida.<sup>21</sup>

Para potencializar a introjeção deste credo criminológico, dos estereótipos de “criminosos” e “vítimas” e da “causalidade mágica”, adotou-se um veículo que pode ser considerado a característica central da atual criminologia midiática: a televisão. A escolha por esse mecanismo está relacionada com o poder das imagens, tendo em vista que, como aponta Zaffaroni, “o gancho da comunicação por imagens está no fato de ela impactar a esfera emocional”<sup>22</sup>. No mesmo sentido aponta Pierre Bourdieu ao colocar que “a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam o efeito do real, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver”.<sup>23</sup> Assim, diminui-se a possibilidade de o sujeito notar-se envolvido pela narrativa e, por conseguinte, de perceber a introjeção da mensagem no equipamento psicológico, fenômeno que, como nota Zaffaroni, ocorre desde muito cedo, “principalmente quando a televisão é a *baby sitter*”.<sup>24</sup>

Desta forma, ampliada torna-se a capacidade de criar estereótipos de “criminosos” e “vítimas”, porque se utilizam imagens semelhantes que não dão espaço à reflexão, construindo-se, assim, um “bode expiatório” que se crê ser “o

<sup>19</sup> BATISTA, N. *Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2017, p. 3.

<sup>20</sup> BATISTA, N. *Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2017, p. 3.

<sup>21</sup> BATISTA, N. *Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2017, p.3.

<sup>22</sup> ZAFFARONI, E.R. *A Questão Criminal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013, item 37, edição e-pub.

<sup>23</sup> BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 28.

<sup>24</sup> ZAFFARONI, E.R. *A Questão Criminal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013, item 37, edição e-pub.

causador único de nossas aflições”.<sup>25</sup> Nesse sentido, percebe-se a importância da criminologia midiática para a propagação da ideologia, haja vista que aquela, por conta da emotividade de seu discurso, impede que o sujeito receptor note as contradições da mensagem e, conseqüentemente, que perceba que está sob sua influência.

No tocante ao papel das agências do sistema penal, nota Zaffaroni que a construção de um pensamento mágico pela criminologia midiática encontra obstáculo nos juízes, “seu alvo preferido”<sup>26</sup>. Além disso, o jurista argentino percebe que ocorre a propagação do discurso de higiene social, sendo difundida a percepção sobre o promotor, policial ou juiz prudente como um burocrata que impossibilita, impondo formalidades, a salvação social.

A fim de propagar tais concepções, nota Zaffaroni que

a criminologia midiática não se alimenta somente de notícias, mas também, e principalmente, da comunicação de entretenimentos que banaliza os homicídios e da imaginação de um mundo em guerra.<sup>27</sup>

Ainda, aponta tal autor que “há sempre um herói que termina fazendo justiça, geralmente matando o criminoso”<sup>28</sup>, além da figura do burocrata obstaculizante espelhada em agentes prudentes do sistema penal, como acima mencionado.<sup>29</sup> Nesse âmbito, a mensagem transmitida por esta espécie de seriado é a de que o mundo está dividido entre bons e maus e a única alternativa para resolver os conflitos é a punição violenta, fortalecendo a crença na pena como rito sagrado de solução.

Nesse sentido, é consequência de tal percepção sobre a pena o incômodo gerado por procedimentos legais. Há graves tensões entre, de um lado, o delito-notícia e, de outro, o devido processo legal, posto como estorvo, a plenitude da defesa, encarada como locus da indiferença, a presunção de inocência e outras garantias do Estado democrático de direito. Tais tensões muitas vezes afetam

---

<sup>25</sup> ZAFFARONI, E.R. *A Questão Criminal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013, item 37, edição e-pub.

<sup>26</sup> ZAFFARONI, E.R. *A Questão Criminal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013, item 37, edição e-pub.

<sup>27</sup> ZAFFARONI, E.R. *A Questão Criminal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013, item 37, edição e-pub.

<sup>28</sup> ZAFFARONI, E.R. *A Questão Criminal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013, item 37, edição e-pub.

<sup>29</sup> ZAFFARONI, E.R. *A Questão Criminal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013, item 37, edição e-pub.

certos operadores do direito que flexibilizam direitos para produzir uma boa imagem diante do público.<sup>30</sup>

Ademais, a colocação da pena numa posição sacralizada promove a compreensão da advocacia criminal como “modalidade consentida de cumplicidade ex post”<sup>31</sup>, o enaltecimento dos membros do Ministério Público proporcionalmente a seu desprezo por direitos dos acusados e o desmerecimento de magistrados dispostos a cumprir seu dever de velar pelas garantias constitucionais. Desenha-se, assim, uma tal crença no sistema penal, na qual as imperfeições deste são encaradas como consequências da corrupção humana. Munidos de lentes fabricadas pela criminologia midiática e refinadas por uma educação criminal por vezes tecnicista, não é incomum atores jurídicos envolvidos no sistema penal passarem a enxergar problemas deste sistema como meramente conjunturais. Cabe, nesse âmbito, exemplo trazido por Nilo Batista quanto à miopia frente à condição das penitenciárias que, mesmo apontando para uma irremediável deterioração, não desfazem a crença de que “a boa penitenciária nos aguarda, num futuro eternamente adiado”<sup>32</sup>.

Diante do exposto, fica evidente que se trata a criminologia midiática de um dispositivo, no sentido do termo desenvolvido por Giorgio Agamben. Tal afirmação respalda-se no entendimento do filósofo italiano acerca do que seria um dispositivo:

qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes.<sup>33</sup>

A compreensão da criminologia midiática enquanto dispositivo é importante para se perceber que ela, como tal, promove a cisão entre o ser vivente e o ambiente no qual este se insere, orientando a forma pela qual o primeiro enxergará o segundo. Por meio desse direcionamento, é determinada a subjetivação do ser vivente, que passa a ser um sujeito. Assim, a criminologia midiática apresenta-se como um dispositivo, sendo, portanto, “uma máquina que produz subjetivações” e

<sup>30</sup> BATISTA, N. *Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2017, p. 4.

<sup>31</sup> BATISTA, N. *Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2017, p. 5.

<sup>32</sup> BATISTA, N. *Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2017, p. 5.

<sup>33</sup> AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo? & O Amigo*. Chapecó: Argos, 2014, p.24 e 25.

por isso “também uma máquina de governo”.<sup>34</sup> A potência desta máquina reside no fato de em sua raiz estar “um desejo demasiadamente humano de felicidade”, o qual é capturado e subjetivado pelo dispositivo.<sup>35</sup>

Neste ponto, encontra-se similaridade entre o papel exercido pela criminologia midiática e o educação jurídica tradicional, sendo possível enxergar também este como um dispositivo que interfere na formação da pessoa que assume o papel de “estudante de direito”. A fim de construir tal posicionamento, necessário lançar o olhar sobre o educação jurídica no Brasil hoje.

### 2.3 EDUCAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL

Antes de adentrar na educação do direito propriamente dita, faz-se imperioso apontamento sobre a situação da educação como um todo no Brasil. O cenário atual é de precarização de vasta gama de direitos historicamente conquistados, estando em maior evidência o projeto de destruição daqueles relativos ao trabalho e à seguridade social. Há neste projeto, também, ataques ao direito à educação enquanto instrumento de construção do respeito à diferença e à autonomia. Visualizam-se tais ataques, por exemplo, na retirada dos debates sobre diversidade sexual de Planos Nacional e Estaduais da Educação, na tecnicização do Ensino Médio, nos cortes de investimentos no Programa Universidade para Todos - PROUNI e da precarização dos projetos de extensão e pesquisa nas universidades.

Nota-se, portanto, que o modelo de educação tecnicista vem sendo incrementado, haja vista seu potencial de formar operadores de dogmas alienados à realidade social e sem motivação para produzir concepções e práticas que se contraponham a esse mesmo discurso alienante. Neste tema, é digno de menção o pensamento de Andréa Villela Mafra da Silva, doutoranda em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro:

No campo educacional, a tendência liberal tecnicista atua no aperfeiçoamento do sistema capitalista, alinhando-se com o sistema produtivo; para tanto, seu interesse é produzir indivíduos *competentes* para o mercado de trabalho. Digno de nota, o conceito de *competência* como algo adequado ao desempenho proposto ou qualificado para “ser admitido a” ou “como ser capaz de” revelam o significado do termo associado ao contexto da crise estrutural do sistema capitalista, em que o trabalhador

<sup>34</sup> AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo? & O Amigo*. Chapecó: Argos, 2014, p. 47.

<sup>35</sup> AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo? & O Amigo*. Chapecó: Argos, 2014, p. 43.

tinha que adequar-se às exigências da produção. Nessas circunstâncias, a lógica do modelo de competências aplicado à Educação parte de uma concepção centrada nos objetivos do ensino, expressados em termos comportamentais, e na utilização de técnicas específicas nas práticas pedagógicas<sup>36</sup>.

Nessa temática, percebe-se que a educação jurídica está inserida em “um (modelo) modo de produção de Direito de cunho liberal-normativista-individualista”<sup>37</sup>. Assim, a educação jurídica, compreendida como os processos educativos realizados na faculdade de direito, pode ser considerada um complexo particular que se articula com o direito e a educação, “espaços fundamentalmente importantes por meio dos quais os sujeitos tornam-se conscientes dos antagonismos da sociedade e orientam a sua ação tomando partido nesses antagonismos”<sup>38</sup>.

Dentro desse complexo, figuram práticas como as de ensino, pesquisa e extensão que, caso se orientem de modo a reproduzir o modelo liberal-normativista-individualista hegemônico, participarão da construção da dogmática jurídica. Essa, como comenta Lenio Streck

ao servir de instrumento para a interpretação/sistematização/aplicação do Direito, vai aparecer como um conjunto de técnicas de ‘fazer crer’ com as quais os juristas conseguem produzir a linguagem oficial do Direito que se integra com significados tranquilizadores, representações que têm como efeito o de impedir uma problematização e uma reflexão mais aprofundada sobre nossa realidade sociopolítica<sup>39</sup>.

Partindo da dogmática jurídica, monta-se um “corpus de representações” que participarão do que Luis Alberto Warat denomina “sentido/senso comum dos juristas”<sup>40</sup>. Visto como uma “condição de significação para os discursos jurídicos”<sup>41</sup> que está difusa na práxis jurídica, tal senso comum seria, metaforicamente, “como a voz ‘off’ do direito, como uma caravana de ecos legitimadores de um conjunto de

<sup>36</sup> SILVA, A. V. M. *A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 70, p. 197-209, dez. 2016, p. 198. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644737/15765>>. Acesso em 17 jun. 2017.

<sup>37</sup> STRECK, L. *Tribunal do Júri: símbolos e rituais*. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 36.

<sup>38</sup> ALMEIDA, A. L. V. de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, p. 55.

<sup>39</sup> STRECK, L. *Tribunal do Júri: símbolos e rituais*. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 34-35.

<sup>40</sup> WARAT, L. A. *Manifesto do Surrealismo Jurídico*. São Paulo, Acadêmica, 1988, p. 39.

<sup>41</sup> WARAT, L. A. *Saber crítico e senso comum teórico dos juristas*, p 31. In: MEZZAROBIA, O., DAL RI JÚNIOR, A., ROVER, A.J., MONTEIRO, C.S. (Coord.). *Epistemologia e Ensino do Direito: o sonho acabou* - Luis Alberto Warat. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 27-34.

crenças, a partir das quais podemos dispensar o aprofundamento das condições e das relações que tais crenças mitificam”<sup>42</sup>. Seria, em outras palavras, “hábitos teóricos aceitos como o discurso competente dos juristas”, elaboradas em nome da verdade, sobre os quais a normatividade da epistemologia clássica confere caráter de cientificidade<sup>43</sup>.

Tendo esse senso comum como base e como resultado a atividade dos “operadores do direito”, ele caminha para a elaboração de um discurso jurídico que busca produzir “um efeito de realidade que seja crível no interior do imaginário social”<sup>44</sup>, mostrando-se eminentemente persuasivo.

Ademais, este conglomerado de símbolos e ideais integra um conjunto de “hábitos significativos” dos juristas, os quais têm caráter ideológico e são constituídos por todas as regiões do saber. Como aponta Warat, tais hábitos formam o saber jurídico ao adentrar numa “episteme construída mediante processos lógicos purificadores”<sup>45</sup>, da qual saem conceitos reincorporados pelos hábitos significativos - momento em que se externaliza o senso comum teórico - que retornam ao processo de purificação e assim por diante. Nesse movimento dialético evidencia-se o valor político e a caracterização ideológica do discurso da episteme, que apresenta “um discurso transfigurado em elemento mediador de uma integração, ilusoriamente, não conflitiva, das relações sociais”<sup>46</sup>. Diante desse processo é que se forma o senso comum teórico dos juristas, uma “significação extra-conceitual no interior de um sistema de conceitos”<sup>47</sup> que faz com que o conhecimento científico do direito seja “um acúmulo de opiniões valorativas e

---

<sup>42</sup> WARAT, L. A. *Saber crítico e senso comum teórico dos juristas*, p. 32. In: MEZZAROBBA, O., DAL RI JÚNIOR, A., ROVER, A.J., MONTEIRO, C.S. (Coord.). *Epistemologia e Ensino do Direito: o sonho acabou* - Luis Alberto Warat. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 27-34.

<sup>43</sup> WARAT, L. A. *Saber crítico e senso comum teórico dos juristas*, p. 27-28. In: MEZZAROBBA, O., DAL RI JÚNIOR, A., ROVER, A.J., MONTEIRO, C.S. (Coord.). *Epistemologia e Ensino do Direito: o sonho acabou* - Luis Alberto Warat. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 27-34.

<sup>44</sup> STRECK, L. *Tribunal do Júri: símbolos e rituais*. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 126.

<sup>45</sup> WARAT, L. A. *Saber crítico e senso comum teórico dos juristas*, p. 31. In: MEZZAROBBA, O., DAL RI JÚNIOR, A., ROVER, A.J., MONTEIRO, C.S. (Coord.). *Epistemologia e Ensino do Direito: o sonho acabou* - Luis Alberto Warat. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 27-34.

<sup>46</sup> WARAT, L. A. *Saber crítico e senso comum teórico dos juristas*, p. 31. In: MEZZAROBBA, O., DAL RI JÚNIOR, A., ROVER, A.J., MONTEIRO, C.S. (Coord.). *Epistemologia e Ensino do Direito: o sonho acabou* - Luis Alberto Warat. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 27-34.

<sup>47</sup> WARAT, L. A. *Saber crítico e senso comum teórico dos juristas*, p. 30. In: MEZZAROBBA, O., DAL RI JÚNIOR, A., ROVER, A.J., MONTEIRO, C.S. (Coord.). *Epistemologia e Ensino do Direito: o sonho acabou* - Luis Alberto Warat. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 27-34.

teóricas que se manifestam de modo latente no discurso, aparentemente controlado pela episteme”<sup>48</sup>.

Tal discurso passa também por uma apropriação institucional a partir da leitura dos conceitos produzida em “marcos institucionais específicos (escolas de direito, tribunais, órgãos legislativos) onde se produzem versões das teorias ajustadas às crenças, e representações e interesses”<sup>49</sup> de tais instituições. Assim, desenham-se versões estereotipadas dos conceitos, desmembrando-os das matrizes teóricas em que foram produzidos com intuito de legitimar aquelas crenças extra-conceituais embutidas em sua significação. Aqui se inicia a discussão sobre o poder do conhecimento jurídico na sociedade, haja vista ele estar calcado “na reivindicação do caráter inocente da linguagem do direito”, escondendo “uma violência estrutural da dita linguagem, cujo efeito central é transformar os sujeitos sociais em objetos do poder”<sup>50</sup>.

Neste ponto, evidencia-se a relevância de repensar a educação jurídica, considerando que as escolas de direito são espaços de intensa transformação dos sujeitos sociais em objetos do poder. No campo universitário, o trabalho concentra-se não na formação da consciência crítica das/dos estudantes, mas em sua aptidão a dar continuidade ao conjunto de conceitos simbólicos distribuídos à sociedade para manutenção de sua crença no direito. Este processo de aprendizagem, como bem observa Marta Regina Gama Gonçalves:

passa pela imposição de códigos reprodutores de subjetividade jurídica, uma determinada forma de ser e de estar no mundo, de pensar, de desejar, o que Warat denominou de processo de pinguinização.<sup>51</sup>

Por meio do processo de “pinguinização”, insere-se na subjetividade da/o estudante um determinado “habitus”, o que Pierre Bourdieu define como

<sup>48</sup> WARAT, L. A. *Saber crítico e senso comum teórico dos juristas*, p 30-31. In: MEZZAROBBA, O., DAL RI JÚNIOR, A., ROVER, A.J., MONTEIRO, C.S. (Coord.). *Epistemologia e Ensino do Direito: o sonho acabou* - Luis Alberto Warat. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 27-34.

<sup>49</sup> WARAT, L. A. *Saber crítico e senso comum teórico dos juristas*, p 32-33. In: MEZZAROBBA, O., DAL RI JÚNIOR, A., ROVER, A.J., MONTEIRO, C.S. (Coord.). *Epistemologia e Ensino do Direito: o sonho acabou* - Luis Alberto Warat. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 27-34.

<sup>50</sup> WARAT, L. A. *Saber crítico e senso comum teórico dos juristas*, p 32-33. In: MEZZAROBBA, O., DAL RI JÚNIOR, A., ROVER, A.J., MONTEIRO, C.S. (Coord.). *Epistemologia e Ensino do Direito: o sonho acabou* - Luis Alberto Warat. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 27-34.

<sup>51</sup> GONÇALVES, M. R. G. *Pensar é seguir a linha de fuga do voo da bruxa: Pesquisa sociopoética com estudantes de Direito sobre a arte na formação do jurista*. 2013. 374 f. Tese (Doutorado em Direito), Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília. 2013.



[...] esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. [...]  
Os habitus [...] são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e gostos diferentes.<sup>52</sup>

Ademais, necessário ressaltar que o ensino jurídico opera por uma determinada ação pedagógica, a qual, para Abili Lázaro Castro de Lima, é responsável por promover a aceitação de comportamentos e valores, os quais passam por interiorização óbvia e natural.<sup>53</sup> Para tanto, retoma-se e propaga-se a ideia da linguagem do direito como inocente, mostrando uma imagem “enganosamente cristalina, que escamoteia a presença subterrânea de uma ‘tecnologia da alienação’”<sup>54</sup>. Nessa perspectiva, o saber jurídico se mantém o mesmo ao ser ensinado e encenado como uma situação pré-hipnótica, em um palco em que estudantes fascinam-se com um discurso brilhante e paralisante por meio do qual, aponta Warat,

Aprendem a operar com uma ordem simbólica que unicamente reconhece máscaras para negar as ressonâncias da autonomia, para assegurar a inscrição do poder na linguagem e para reforçar a opacidade da dominação.<sup>55</sup>

Diante disso, percebe-se que a educação jurídica é, assim como a criminologia midiática, um dispositivo, sendo por isso uma manipulação de forças com capacidade de atingir processos de subjetivação dos seres vivos. Por essa razão, é possível pensar que a educação jurídica tem grande impacto na compreensão do sujeito acerca da questão criminal.

Ademais, percebe-se a existência de uma complementação dos discursos jurídico e midiático na elaboração de um imaginário social sobre a questão criminal,

<sup>52</sup> BOURDIEU, P. *Razões Práticas*. Campinas: Ed. Papirus, 1996, p. 21-22.

<sup>53</sup> LIMA, A. L. C. de. *O discurso jurídico no contexto dos cursos de direito no Brasil: reflexões a partir das teorizações de Pierre Bourdieu*. In: FONSECA, R. M. (Org.). *Direito e discurso: discursos do Direito*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006, p.112.

<sup>54</sup> WARAT, L. A. *Incidentes de ternura: Breve prelúdio para um discurso sobre o ensino jurídico, os direitos humanos e a democracia nos tempos do pós-totalitarismo: Ensino jurídico: o fracasso de um sonho*, p. 374. In: MEZZAROBBA, O., DAL RI JÚNIOR, A., ROVER, A.J., MONTEIRO, C.S. (Coord.), *Epistemologia e Ensino do Direito: o sonho acabou* - Luis Alberto Warat. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 373-394.

<sup>55</sup> WARAT, L. A. *Incidentes de ternura: Breve prelúdio para um discurso sobre o ensino jurídico, os direitos humanos e a democracia nos tempos do pós-totalitarismo: Ensino jurídico: o fracasso de um sonho*, p. 374. In: MEZZAROBBA, O., DAL RI JÚNIOR, A., ROVER, A.J., MONTEIRO, C.S. (Coord.), *Epistemologia e Ensino do Direito: o sonho acabou* - Luis Alberto Warat. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 373-394.

o direito e o papel das agências do sistema penal. Em ambos os discursos não se pode escapar de um posicionamento ideológico: ou o sujeito se orienta para uma (re)produção confortável do discurso hegemônico pela recepção e exercício acríticos e de tal “corpus de representações”, ou se direciona para a disputa discursiva pelo fortalecimento de práticas contra-hegemônicas.

Diante do exposto, tendo assumido que a criminologia midiática, difusora do discurso da higiene social pelas agências executivas do sistema penal, é um dispositivo e que, portanto, orienta a percepção dos sujeitos sobre a questão criminal, indaga-se sobre a possibilidade de tal orientação provocar nos indivíduos o anseio de pertencer ao campo dos “operadores do sistema penal”. Nessa esteira, questiona-se a chance de o imaginário construído sobre a questão criminal na mídia combinar-se com o capital econômico, cultural, social e simbólico reputado à posição da/o jurista para influenciar na busca pelo ingresso na Faculdade de Direito.

Nesse sentido, a investigação sobre a percepção dos sujeitos recém-ingressos na Faculdade de Direito sobre a questão criminal pode levar à conclusão de que os canais midiáticos de entretenimento são dispositivos que participam dos processos de subjetivação de tal maneira que o indivíduo sob sua influência pode determinar sua trajetória acadêmica e profissional a partir destes canais. Daí a importância de pesquisar qual a compreensão trazida pelas/os calouras/os de uma graduação em direito acerca da questão criminal.

Há, ainda, outro questionamento suscitado pelas reflexões acima expostas: tendo uma vez ingressado no curso de Direito e vivenciado a educação jurídica - este também visto como um dispositivo - qual a compreensão da/o formanda/o sobre a questão criminal? Em outras palavras, como é a questão criminal percebida por aqueles indivíduos que estão prestes a se denominarem juristas? Nesta interrogação, pode-se compreender se no campo universitário o modelo de educação jurídica dominante - liberal-normativista-individualista - tem sucedido na tarefa de reproduzir ideologia, inserindo determinado senso comum dos juristas nas/os estudantes, e se as práticas educativas contra-hegemônicas têm sido expressivas no jogo de forças presente no campo de batalha da Faculdade de Direito.

Tais questionamentos serão trabalhados nos capítulos seguintes, não com a pretensão de lhes formular conclusões, mas de construir a possibilidade de novos

questionamentos capazes de abalar o discurso brilhante e paralisante a que busca a academia nos submeter.

### 3 METODOLOGIA DE PESQUISA E DETERMINAÇÕES FUNDAMENTAIS PARA A ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS EM CAMPO

Conforme exposto no capítulo anterior, encarar criminologia midiática e educação jurídica como dispositivos incidentes na subjetivação da/o estudante de direito leva-nos a questionar se a) imaginário construído sobre a questão criminal na mídia combina-se com o capital econômico, cultural, social e simbólico reputado à posição da/o jurista para influenciar na busca pelo ingresso na Faculdade de Direito e b) se o campo universitário pautado pelo modelo de educação jurídica dominante - liberal-normativista-individualista - tem sucedido na tarefa de reproduzir ideologia, inserindo determinado senso comum dos juristas nas/os estudantes ou se tem trazido reflexões críticas aos estudantes.

A fim de elucidar o caminho trilhado na busca por esboços de respostas às mencionadas indagações, explicar-se-á, em primeiro lugar, a metodologia adotada na pesquisa. A apresentação da análise das informações coletadas será cindida em dois tempos em razão de sua extensão. Inicialmente, ainda neste capítulo, será apresentada uma análise mais voltada ao aspecto quantitativo dos dados coletados. No capítulo seguinte, lançar-se-á o foco sobre os dados numa perspectiva qualitativa, melhor explicada adiante, tendo como guias as categorias gerais “criminologia midiática” e “educação jurídica criminal”.

#### 3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Apresentar as metodologias utilizadas na construção da pesquisa é relevante para demonstrar a atenção direcionada à reflexão e prática do conhecimento. Nesse sentido, leciona Pedro Demo que “quem não pára para pensar e repensar sobre como faz ciência, certamente não faz ciência, em duplo sentido: ou não faz ciência, porque não sabe tratar o método; ou não faz ciência, porque o mistifica”<sup>56</sup>.

Compreendida a importância da definição de um caminhar na produção do conhecimento, passa-se à exposição do caminho aqui escolhido. Há que se

---

<sup>56</sup> DEMO, P. *Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade*. Revista Sociologia e Estado, Brasília, v. 17, n. 2, p. 349-373, jul/dez 2002, p. 11. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9646/1/ARTIGO\\_CuidadoMetodologicoSigno.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9646/1/ARTIGO_CuidadoMetodologicoSigno.pdf)>. Acesso em 9 out. 2017.

recordar, porém, que mesmo que se busquem métodos cujas premissas envolvam a aceitação da complexidade do real, essa complexidade mesma impedirá uma captação perfeita da realidade por qualquer método. Cabe aqui o ensinamento de Demo de reconhecer que “intento de formalização metodológica exerce sobre a realidade alguma violência analítica, porque a força a caber em estruturas metódicas, úteis para facilitar o manejo categorial, mas possivelmente estranhas à dinâmica complexa não linear”<sup>57</sup>.

Tendo sido feitas tais considerações iniciais, descrever-se-á a metodologia da pesquisa sob os seguintes enfoques: *i)* modalidades de pesquisa empregadas; *ii)* recorte quanto ao universo a ser pesquisado; *iii)* procedimentos quanto à pesquisa de campo e *iv)* formas de análise dos dados coletados.

### 3.1.1 Modalidades de pesquisa empregadas

Foram empregadas no presente trabalho as seguintes categorias de pesquisa:

- a) Quanto à abordagem: a pesquisa envolve aspectos tanto qualitativos, consistentes na produção de imagem ilustrativa da percepção de estudantes de direito da Universidade Federal do Paraná sobre a questão criminal, quanto quantitativos, consistentes na análise numérica dos dados coletados;
- b) Quanto à natureza: a pesquisa, nesse âmbito, é básica, sem aplicação prática determinada previamente;
- c) Quanto aos objetivos: são utilizados os parâmetros da pesquisa explicativa, haja vista o interesse em identificar fatores que influenciam na ocorrência de um determinado fenômeno;
- d) Quanto aos procedimentos: apresentam-se a pesquisa bibliográfica e de campo, envolvendo, nesta última categoria, apontamentos relativos ao caráter participante da pesquisa por conta do pertencimento da autora ao grupo pesquisado.

---

<sup>57</sup> DEMO, P. *Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade*. Revista Sociologia e Estado, Brasília, v. 17, n. 2, p. 349-373, jul/dez 2002, p. 13. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9646/1/ARTIGO\\_CuidadoMetodologicoSigno.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9646/1/ARTIGO_CuidadoMetodologicoSigno.pdf)>. Acesso em 9 out. 2017.

### 3.1.2 Recorte quanto ao universo a ser pesquisado

Um dos primeiros pontos a emergir na reflexão sobre a pesquisa foi aquele atinente ao número de integrantes do universo a ser pesquisado. O curso de graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná conta com grande número de estudantes matriculados. Diante desse cenário, e em razão do tempo para produção do trabalho e da etapa acadêmica na qual a autora se encontra, mostrou-se necessário uma seleção de universos menores inseridos dentro do grande universo, qual seja, o total de estudantes do curso.

Tendo em vista o objetivo de averiguar impactos da criminologia midiática e do ensino jurídico criminal nos estudantes, uma variável pareceu especialmente interessante para a escolha dos grupos: o nível de contato com as disciplinas da área criminal. Somando-se a esta, uma segunda variável se mostrou relevante: a quantidade de tempo de inserção no campo acadêmico do direito, cuja variação confere diferentes níveis de incorporação do *habitus* acadêmico por conta das oscilações no processo de “pinguinização”.

Com estes dois elementos em mãos, chegou-se à conclusão de que os grupos a serem entrevistados deveriam ser o 1º e o 5º anos. Os estudantes do primeiro ano ainda não cursaram nenhuma disciplina da área criminal e estão a menos tempo em contato com o ambiente acadêmico jurídico. Os estudantes do quinto ano, por sua vez, já concluíram, via de regra, o curso das disciplinas de criminologia e direito penal, além de estarem próximos da finalização do curso de direito processual penal. Ademais, este último grupo está no limite do processo de pinguinização realizado na graduação.

Ambos os grupos apresentam-se em turmas nos períodos matutino e noturno. O primeiro ano, em ambos os turnos, é dividido em duas turmas de aproximadamente 50 alunos cada, totalizando 4 turmas com aproximadamente 200 alunos. O quinto ano, entretanto, não tem divisões, o que significa a existência de uma única turma com pouco mais de 100 integrantes para cada período, totalizando cerca de 200 alunos<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Atualmente a divisão de turmas ocorre apenas nos 1º e 2º anos, sendo a cisão dos demais anos uma demanda estudantil reiteradamente apresentada, já que a aglomeração de alunas/os dificulta o processo de aprendizagem ao provocar o distanciamento perante a/o professor/a e perante as/os colegas, por exemplo.

Assim, estabeleceu-se o objetivo de contactar uma amostra de 10% de cada grupo, o que confere cerca de 20 estudantes por grupo a ser entrevistado.

Cabe, por fim, uma observação quanto ao universo da pesquisa: a autora participa de um dos grupos - 5º ano - e estava em contato com o outro - 1º ano - antes mesmo do início da coleta de informações. Essa aproximação prévia tem dois aspectos a serem mitigados: *i)* em relação aos respondentes da pesquisa, pode haver maior atração das pessoas com as quais a autora tem afinidade, bem como pode surgir um receio de submeter à avaliação desta suas impressões e *ii)* em relação à autora, pode gerar a sensação, consciente ou não, de um conhecimento acerca do pensamento dos grupos sobre o assunto em pauta mais profundo do que ele realmente é, conforme aponta Minayo ao discorrer sobre obstáculos para uma análise eficiente:

Quanto maior for a familiaridade que o pesquisador tenha em relação àquilo que ele está pesquisando, maior poderá ser sua ilusão de que os resultados sejam óbvios numa primeira visão. Essa ilusão pode nos levar a uma simplificação dos dados, nos conduzindo a conclusões superficiais equivocadas.<sup>59</sup>

No que toca ao primeiro item, houve o cuidado de evidenciar em todos os espaços de divulgação da pesquisa seu caráter anônimo, buscando deixar mais à vontade para participar aqueles que se interessassem. O segundo ponto foi trabalhado com sucessivos aprofundamentos teóricos, ao longo do trabalho de pesquisa, a fim de distanciar relativamente a autora de uma espécie de “senso comum quanto ao senso comum teórico”.

### 3.1.3 Pesquisa de campo: procedimentos para a coleta dos dados

A escolha pelo instrumento de coleta de dados levou em consideração a necessidade de estabelecer um certo distanciamento face aos grupos pesquisados e a facilidade em termos de aplicação. Nesse cenário, optou-se pela ferramenta do questionário *online*, mesmo diante do risco de baixo índice de respostas, pela crença de que o trabalho de divulgação possibilitaria o alcance da amostra desejada.

---

<sup>59</sup> MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo - Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992 apud GOMES, R. A Análise de dados em pesquisa qualitativa, p. 68. In: MINAYO (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. cap. IV.

Uma vez definido o instrumento de coleta, passou-se à elaboração das perguntas que estariam presentes no questionário. As indagações foram construídas, de um lado, com o intuito de mapear o posicionamento político e a percepção sobre alguns temas da questão criminal usualmente em voga, e de outro, partindo das hipóteses pré-definidas na pesquisa, de modo que os resultados permitissem sua confirmação ou refutação. Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de diferentes questionários para cada um dos grupos.

Em relação ao primeiro ano, foram lançadas as seguintes questões:

QUADRO 1: QUESTÕES LANÇADAS AO 1º ANO

- 1 - Turno: ( ) Diurno ou ( ) Noturno
- 2 - Tem familiar que atua no direito: ( ) Sim ou ( ) Não
- 3 - Caso a resposta ao item anterior seja sim, em que área seu familiar atua?
- 4 - Participa ou participou de movimento social? ( ) Sim ou ( ) Não
- 5 - Integrou mobilização secundarista em 2016? ( ) Sim ou ( ) Não
- 6 - Tem filiação a algum partido político? ( ) Sim ou ( ) Não
- 7 - Caso a resposta ao item anterior seja sim, a qual partido você tem filiação?
- 8 - Por quais meios você tem acesso a notícias? ( ) Televisão aberta; ( ) Televisão fechada; ( ) Jornais impressos; ( ) Revistas impressas; ( ) Sites de jornais; ( ) Sites de revistas; ( ) Blogues; ( ) Páginas de Facebook; ( ) Twitter; ( ) Canais de YouTube; ( ) Outros: \_\_\_\_\_
- 9 - Você tem algum programa de televisão, jornal, revista ou outro meio de informação de sua preferência?
- 10 - Você acredita que canais de notícias podem transmitir as informações com neutralidade? ( ) Sim; ( ) Não ou ( ) Não sei opinar
- 11 - Você já teve acesso a notícias sobre delitos ou políticas criminais? ( ) Sim ou ( ) Não
- 12 - Em caso positivo, algum(ns) desse(s) tema(s) te chamou atenção? ( ) Tráfico de drogas; ( ) Homicídios; ( ) Violência doméstica e familiar; ( ) Delitos sexuais; ( ) Delitos contra o trânsito; ( ) Corrupção e outros delitos econômicos; ( ) Crimes de ódio; ( ) Superlotação carcerária; ( ) Terrorismo; ( ) Tribunal do Júri; ( ) Nenhum tema me chamou atenção; ( ) Outros: \_\_\_\_\_
- 13 - Você acredita que informações obtidas em uma investigação ou em processo



criminal podem ser exibidas na mídia? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Depende do tipo de delito; ( ) Depende de que tipo de informação

14 - Você acredita que informações obtidas pela mídia podem ser usadas em um processo criminal? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Depende do tipo de delito; ( ) Depende do tipo de informação

15 - Você já assistiu a algum filme, série, novela ou documentário que envolvesse temas criminais? Em caso positivo, qual(is)?

16 - Algum elemento desses filmes, séries, novelas e/ou documentários lhe chamou atenção? Em caso positivo, qual(is)?

17 - Você é a favor da pena de morte? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sei opinar; ( ) outros

18 - Você é a favor da descriminalização e regulamentação do aborto? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sei opinar; ( ) Outros: \_\_\_\_\_

19 - Você é a favor da legalização das drogas? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sei opinar; ( ) Outros: \_\_\_\_\_

20 - Você é a favor das 10 medidas contra a corrupção do Ministério Público Federal? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sei opinar; ( ) Outros

21 - Você considera os princípios da presunção da inocência e da ampla defesa: ( ) fundamentais para a democracia; ( ) entraves para o combate da criminalidade; ( ) Não sei opinar; ( ) Outros: \_\_\_\_\_

22 - Você acredita que notícias, séries, filmes, novelas e/ou outras mídias sobre delitos ou políticas criminais fizeram parte da sua escolha por cursar direito? ( ) Sim, muito; ( ) Sim, pouco; ( ) Não

23 - Você pensa em atuar na área criminal? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Talvez

24 - Em caso positivo, você pensa em ser: ( ) Advogada/o; ( ) Delegada/o; ( ) Promotor/a de justiça; ( ) Juíza/juiz; ( ) Outros: \_\_\_\_\_

25 - Você espera que suas aulas de criminologia, direito penal e direito processual penal sejam: ( ) empolgantes; ( ) entediantes; ( ) com debates; ( ) com júris simulados; ( ) com atividades em grupo; ( ) com estudos sobre casos reais; ( ) Outros: \_\_\_\_\_

26 - Você deseja fazer algum apontamento sobre esta pesquisa?

Cada questão foi elaborada com intuito de gerar respostas que pudessem conferir uma base para a compreensão dos temas encarados no presente trabalho. Todavia, entende-se que tal compreensão consiste apenas numa possível aproximação, sem nenhuma pretensão de enclausurar a realidade social em uma interpretação conferida aos dados coletados. Dessa forma, sabe-se que outras percepções podem surgir das informações coletadas em cada quesito.

As questões 2 e 3 visam a identificar contato prévio com o universo jurídico por outro meio que não a mídia.

As perguntas 5 a 7, por sua vez, buscam mapear a postura política com base na organização em movimento ou partido - o qual não é um critério único para identificação de posicionamento no espectro político, mas foi o aqui escolhido.

Os itens 8 a 16 estão todos diretamente ligados à mídia. Os questionamentos 8 e 9 relacionam-se ao acesso às notícias. A pergunta 10 trata da crença na neutralidade midiática. Os pontos 11 a 14 tratam especificamente de notícias sobre a questão criminal. As interrogações 15 e 16 ligam-se à abordagem da questão criminal por outros formatos midiáticos, tendo em vista que “a criminologia midiática não se alimenta somente de notícias, mas também, e principalmente, da comunicação de entretenimentos”<sup>60</sup>.

Os tópicos 17 a 21 objetivam a mapear a postura quanto a temas pertencentes à questão criminal que estão usualmente em debate ou que destacaram-se no presente ano.

A pergunta 22 diz respeito à percepção da influência da mídia quanto à escolha pelo curso de direito. Cabe lembrar, nesse ponto, a possibilidade de inexistir consciência do sujeito quanto ao papel exercido pela mídia em seu processo de subjetivação. Nesse sentido, deve-se rememorar que, sendo muitas vezes a mídia um dispositivo “baby sitter”, na terminologia zaffaroniana<sup>61</sup>, a mensagem por ela propagada pode seguir caminhos não apreensíveis pelo receptor. É exatamente este poder que a transforma em um canal promissor de ideologias dominantes, como comentado no capítulo anterior.

Os quesitos 23 e 24 abordam pensamentos quanto à assunção de papéis profissionais na área criminal. Quanto ao item 25, este trata das expectativas face

---

<sup>60</sup> ZAFFARONI, E.R. *A Questão Criminal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013, item 37, edição e-pub.

<sup>61</sup> ZAFFARONI, E.R. *A Questão Criminal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013, item 37, edição e-pub.

ao ensino jurídico criminal. Nesse ponto, considerando que o modelo educacional hegemônico é tecnicista, optou-se por uma postura cautelosa ao não pressupor que as/os estudantes de ingresso recente no âmbito acadêmico conhecessem razoavelmente as noções de pesquisa e extensão ou outras práticas extra-sala a ponto de sobre elas demonstrar expectativas. Por essa razão, limitou-se o questionamento ao “ensino”.

O questionário é finalizado com um espaço para comentários acerca da pesquisa.

O questionário proposto ao quinto ano, por sua vez, contou com as seguintes perguntas:

QUADRO 2: QUESTÕES LANÇADAS AO 5º ANO

- 1 - Turno: ( ) Diurno ou ( ) Noturno
- 2 - Tem familiar que atua no direito: ( ) Sim ou ( ) Não
- 3 - Caso a resposta ao item anterior seja sim, em que área seu familiar atua?
- 4 - Participa ou participou de movimento social? ( ) Sim ou ( ) Não
- 5 - Tem filiação a algum partido político? ( ) Sim ou ( ) Não
- 6 - Caso a resposta ao item anterior seja sim, a qual partido você tem filiação?
- 7 - Por quais meios você tem acesso a notícias? ( ) Televisão aberta; ( ) Televisão fechada; ( ) Jornais impressos; ( ) Revistas impressas; ( ) Sites de jornais; ( ) Sites de revistas; ( ) Blogues; ( ) Páginas de Facebook; ( ) Twitter; ( ) Canais de YouTube; ( ) Outros: \_\_\_\_\_
- 8 - Você tem algum programa de televisão, jornal, revista ou outro meio de informação de sua preferência?
- 9 - Você acredita que canais de notícias podem transmitir as informações com neutralidade? ( ) Sim; ( ) Não ou ( ) Não sei opinar
- 10 - Você já teve acesso a notícias sobre delitos ou políticas criminais? ( ) Sim ou ( ) Não
- 11 - Em caso positivo, algum(ns) desse(s) tema(s) te chamou atenção? ( ) Tráfico de drogas; ( ) Homicídios; ( ) Violência doméstica e familiar; ( ) Delitos sexuais; ( ) Delitos contra o trânsito; ( ) Corrupção e outros delitos econômicos; ( ) Crimes de ódio; ( ) Superlotação carcerária; ( ) Terrorismo; ( ) Tribunal do Júri; ( ) Nenhum tema me chamou atenção; ( ) Outros: \_\_\_\_\_
- 12 - Você acredita que informações obtidas em uma investigação ou em processo

criminal podem ser exibidas na mídia? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Depende do tipo de delito; ( ) Depende de que tipo de informação

13 - Você acredita que informações obtidas pela mídia podem ser usadas em um processo criminal? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Depende do tipo de delito; ( ) Depende do tipo de informação

14 - Você já assistiu a algum filme, série, novela ou documentário que envolvesse temas criminais? Em caso positivo, qual(is)?

15 - Algum elemento desses filmes, séries, novelas e/ou documentários lhe chamou atenção? Em caso positivo, qual(is)?

16 - Você é a favor da pena de morte? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sei opinar; ( ) outros

17 - Você é a favor da descriminalização e regulamentação do aborto? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sei opinar; ( ) Outros: \_\_\_\_\_

18 - Você é a favor da legalização das drogas? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sei opinar; ( ) Outros: \_\_\_\_\_

19 - Você é a favor das 10 medidas contra a corrupção do Ministério Público Federal? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sei opinar; ( ) Outros: \_\_\_\_\_

20 - Você considera os princípios da presunção da inocência e da ampla defesa: ( ) fundamentais para a democracia; ( ) entraves para o combate da criminalidade; ( ) Não sei opinar; ( ) Outros: \_\_\_\_\_

21 - Você acredita que notícias, séries, filmes, novelas e/ou outras mídias sobre delitos ou políticas criminais fizeram parte da sua escolha por cursar direito? ( ) Sim, muito; ( ) Sim, pouco; ( ) Não

22 - Você pensa em atuar na área criminal? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Talvez

23 - Em caso positivo, você pensa em ser: ( ) Advogada/o; ( ) Delegada/o; ( ) Promotor/a de justiça; ( ) Juíza/juiz; ( ) Outros: \_\_\_\_\_

24 - Em caso negativo, por que não?

25 - Você participou de projeto de extensão, projeto de pesquisa, grupo de estudos, coletivo acadêmico, partido acadêmico ou projeto de iniciação à docência? ( ) Sim ou ( ) Não

26 - Em caso positivo, como a participação neste espaço contribuiu com sua formação acadêmica? Esta participação teve alguma influência na forma como você percebe o sistema penal?

27 - Como você analisa suas aulas de criminologia, direito penal e direito

processual penal? Há alguma metodologia de que você gostou ou alguma que você gostaria que tivesse sido adotada? Sua percepção sobre o sistema penal foi modificada em razão das aulas?

28 - Você cursou tópicos na área criminal? Em caso positivo, estas disciplinas foram mais interessantes que as obrigatórias mencionadas no item anterior? Por quê?

29 - Você deseja fazer algum apontamento sobre esta pesquisa?

FONTE: A autora (2017).

Grande parte das questões propostas a este grupo são as mesmas apresentadas ao primeiro ano. Além de visar aos objetivos já expostos nos comentários ao questionário anterior, o lançamento dessas interrogações procura possibilitar comparações entre as visões dos grupos.

Os acréscimos feitos na pesquisa direcionada ao quinto ano estão nos quesitos 24 a 28. A pergunta 24 foi apresentada para buscar eventuais elementos relativos ao ensino jurídico criminal na (in)disposição para a atuação profissional na área. Os itens 25 e 26 têm como foco o mapeamento da participação acadêmica para além do ensino.

Os questionamentos 27 e 28 perquirem sobre a visão face ao ensino jurídico criminal. Aqui se tem um contraponto à questão 25 lançada ao primeiro ano: enquanto para este grupo se interpela acerca de expectativas sobre o ensino, para o quinto ano se apresenta o espaço de avaliação posterior desse assunto.

Finalmente, este questionário também se encerra com momento de avaliação do instrumento de pesquisa.

Encerrada a construção dos questionários, passou-se à aplicação, a qual requereu prévio trabalho de divulgação. Este foi feito via postagem em grupos da rede social “Facebook” e contato com representantes de turma dos primeiros e quintos anos. Nesse âmbito, a divulgação foi concomitante à abertura do prazo para respostas, o qual perdurou de 05 a 30 de setembro de 2017. Tal período foi escolhido pelo menor número de avaliações dentro das aulas no Curso de Direito, o que aumentaria a possibilidade de as/os estudantes se dedicarem à pesquisa em tela.

### 3.1.4 Análise dos dados coletados: método hermenêutico-dialético e análise de conteúdos

Romeu Gomes aponta que a análise dos dados coletados em uma pesquisa está ligada à interpretação destes dados, estando, portanto, estas duas ordens de aspectos - análise e interpretação - “contidas no mesmo movimento: o olhar atentamente para os dados da pesquisa”.<sup>62</sup> Além deste ponto, a definição de uma técnica de análise deve levar em conta também as finalidades de uma pesquisa, as quais, segundo Gomes, com base em Minayo, são:

estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte.<sup>63</sup>

Tendo em mente esses elementos, optou-se por analisar os dados com o método hermenêutico-dialético proposto por Minayo, complementando-o com alguns elementos da técnica análise de conteúdos. Passar-se-á a uma breve explicação de ambos.

A técnica chamada “análise de conteúdos” surgiu no início do século passado nos Estados Unidos, inicialmente com experimentos ligados à comunicação de massa. Durante os primeiros cinquenta anos de existência, evidencia-se seu aspecto quantitativo, mas ao longo de seu desenvolvimento outras características voltadas ao caráter qualitativo cresceram, o que leva Gomes a entender que atualmente a técnica tem como um de suas funções a “descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”<sup>64</sup>.

A análise de conteúdo, entretanto, vem sofrendo críticas, especialmente no que toca à limitada articulação entre as falas e o contexto daqueles que as emitem. Diante dessa fragilidade da técnica, Minayo propõe o método hermenêutico-dialético, a seguir explicado.

---

<sup>62</sup> GOMES, R. A Análise de dados em pesquisa qualitativa, p. 68. In: MINAYO (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. cap. IV.

<sup>63</sup> GOMES, R. A Análise de dados em pesquisa qualitativa, p. 69. In: MINAYO (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. cap. IV.

<sup>64</sup> GOMES, R. A Análise de dados em pesquisa qualitativa, p. 74. In: MINAYO (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. cap. IV.

Nesta técnica, contextualiza-se a fala dos atores sociais para melhor compreendê-las. Como ponto de partida dessa compreensão se tem o interior da fala e como ponto de chegada “o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala. Tal perspectiva está calcada em dois pressupostos: *i)* não há consenso nem ponto de chegada no processo de produção do conhecimento, já que o resultado de uma pesquisa em ciências sociais será sempre uma aproximação da realidade social, a qual irreduzível a um dado de pesquisa e *ii)* a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daquelas que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta.”<sup>65</sup>

Nessa proposta, há dois níveis de interpretação das informações coletadas. No primeiro, devem ser construídas as determinações fundamentais, aquelas ligadas, entre outras questões, à conjuntura socioeconômica e política do qual faz parte o grupo social a ser estudado<sup>66</sup>. A partir dessas determinações é possível formular as categorias gerais da pesquisa, explicadas mais adiante.

No segundo nível de interpretação, ocorre o encontro com os dados surgidos na investigação. Entre os aspectos a serem aqui considerados estão: “As comunicações individuais, as observações de condutas e costumes, a análise das instituições e a observação de cerimônias e rituais”.<sup>67</sup>

A autora da técnica apresenta, ainda, passos para a operacionalização de sua proposta, consistente em três etapas. A primeira diz respeito à ordenação dos dados, momento em que são mapeadas todas as informações obtidas no trabalho de campo; a segunda refere-se à classificação dos dados, na qual se estabelecem interrogações para identificar estruturas relevantes; a terceira consiste na análise final, na qual as questões da pesquisa são respondida a partir de articulações entre os dados e os referenciais teóricos<sup>68</sup>.

Outro procedimento de aplicação interessante numa pesquisa qualitativa é o referente ao trabalho com categorias. Segundo Gomes, “A palavra categoria, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com

---

<sup>65</sup> GOMES, R. A Análise de dados em pesquisa qualitativa, p. 77. In: MINAYO (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. cap. IV.

<sup>66</sup> GOMES, R. A Análise de dados em pesquisa qualitativa, p. 77. In: MINAYO (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. cap. IV.

<sup>67</sup> GOMES, R. A Análise de dados em pesquisa qualitativa, p. 78. In: MINAYO (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. cap. IV.

<sup>68</sup> GOMES, R. A Análise de dados em pesquisa qualitativa, p. 78-79. In: MINAYO (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. cap. IV.

características comuns ou que se relacionam entre si”. Diante deste dado, aponta o autor que existem dois tipos de categorias: *i)* mais gerais e abstratas, estabelecidas antes do trabalho de campo, que requerem uma fundamentação teórica sólida e *ii)* mais específicas e concretas, construídas em face dos dados coletados<sup>69</sup>.

Diante dos conteúdos acima apresentados, a proposta de análise realizada no presente trabalho segue o seguinte itinerário:

1. Estabelecimento das determinações fundamentais: definição do contexto no qual o grupo estudado se insere e instalação das categorias gerais e abstratas;
2. Ordenação dos dados;
3. Classificação dos dados: determinação de interrogações sobre estruturas relevantes e definição das categorias específicas e concretas e
4. Análise final: estabelecimento de relações entre o concreto e o abstrato, respondendo às questões da pesquisa, sempre observando que o produto da análise é apenas aproximativo e provisório.

### 3.2 DETERMINAÇÕES FUNDAMENTAIS: PONTOS DE PARTIDA

Como exposto no item anterior, o primeiro momento da análise dos dados relaciona-se com a definição de determinações fundamentais, nas quais inserem-se a eleição de categorias abstratas e a explicação do contexto sócio-histórico do grupo estudado. Adiante serão apresentadas breves explanações quanto a ambos os itens.

#### 3.2.1 Categorias gerais e abstratas: criminologia midiática e educação jurídica criminal

As categorias gerais e abstratas que orientaram a análise dos dados são, como dito anteriormente, “criminologia midiática” e “educação jurídica criminal”, tendo esses assuntos sido abordados no primeiro capítulo, cabendo aqui, apenas lembrar elementos básicos outrora dispostos.

---

<sup>69</sup> GOMES, R. A Análise de dados em pesquisa qualitativa, p. 70. In: MINAYO (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. cap. IV.



No que toca à criminologia midiática, parte-se dos ensinamentos de Eugenio Raúl Zaffaroni, entendendo-se que ela consiste na percepção acerca da questão criminal construída nos meios de comunicação<sup>70</sup>. No âmbito de tal construção, são de especial relevância a universalização do particular e o apagamento das contradições, por serem esses mecanismos necessários à elaboração da falsa consciência ideológica<sup>71</sup>. Tais fenômenos ocorrem pela elaboração e propagação de estereótipos para as categorias “criminosos” e “vítimas”, a fim de injetar no primeiro grupo a “causalidade mágica” de todos os perigos da sociedade<sup>72</sup>.

Em relação à educação jurídica criminal, enxerga-se como premissa a inserção das escolas de direito em “um (modelo) modo de produção de Direito de cunho liberal-normativista-individualista”<sup>73</sup> a partir do qual se constrói uma dogmática jurídica que aparece, segundo Lenio Streck

como um conjunto de técnicas de ‘fazer crer’ com as quais os juristas conseguem produzir a linguagem oficial do Direito que se integra com significados tranquilizadores, representações que têm como efeito o de impedir uma problematização e uma reflexão mais aprofundada sobre nossa realidade sociopolítica<sup>74</sup>.

Com base na dogmática jurídica, estrutura-se um “corpus de representações” que participarão do que Luis Alberto Warat denomina “sentido/senso comum dos juristas”<sup>75</sup>. Estes seriam os “hábitos teóricos aceitos como o discurso competente dos juristas”, elaboradas em nome da verdade, sobre os quais a normatividade da epistemologia clássica confere caráter de cientificidade<sup>76</sup>.

---

<sup>70</sup> ZAFFARONI, E.R. *A Questão Criminal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013, item 37, edição e-pub.

<sup>71</sup> Nesse sentido, discorre Slavoj Žižek que “o indivíduo submetido à ideologia nunca pode dizer por si mesmo ‘estou na ideologia’”. In: ZIZEK, S. *Eles não sabem o que fazem: O sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992, p. 122.

<sup>72</sup> ZAFFARONI, E.R. *A Questão Criminal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013, item 37, edição e-pub.

<sup>73</sup> STRECK, L. *Tribunal do Júri: símbolos e rituais*. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 36.

<sup>74</sup> STRECK, L. *Tribunal do Júri: símbolos e rituais*. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 34-35

<sup>75</sup> WARAT, L. A. *Manifesto do Surrealismo Jurídico*. São Paulo, Acadêmica, 1988, p. 39.

<sup>76</sup> WARAT, L. A. *Manifesto do Surrealismo Jurídico*. São Paulo, Acadêmica, 1988, p. 27-28.

### 3.2.2 Contexto no qual o grupo estudado se insere

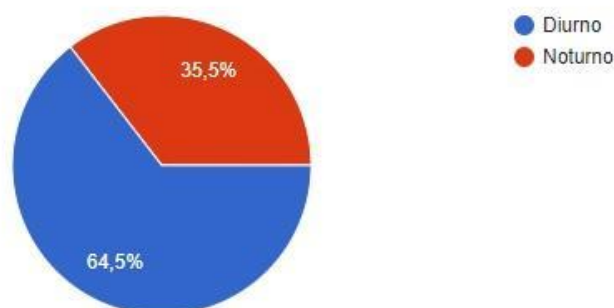
O contexto relacionado ao grupo estudado foi trabalho, em certa medida, no capítulo 1 e no item 2.1.2 do presente trabalho. Cabe, porém, aprofundar alguns elementos que ficaram mais perceptíveis a partir da coleta de dados com a pesquisa em campo.

Um primeiro ponto a se destacar é o turno dos respondentes. Observa-se que nos dois grupos pesquisados houve maior presença das/os estudantes do período matutino, o que pode estar ligado à presença da autora nesse mesmo turno e, por consequência, o maior contato com essas pessoas.

GRÁFICO 1: TURNOS DO PRIMEIRO ANO.

Turno:

31 respostas

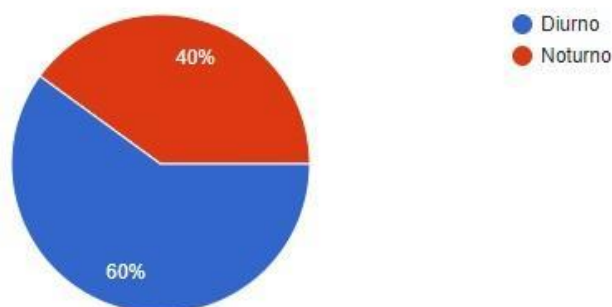


FONTE: A autora (2017).

GRÁFICO 2: TURNOS DO QUINTO ANO.

Turno:

30 respostas



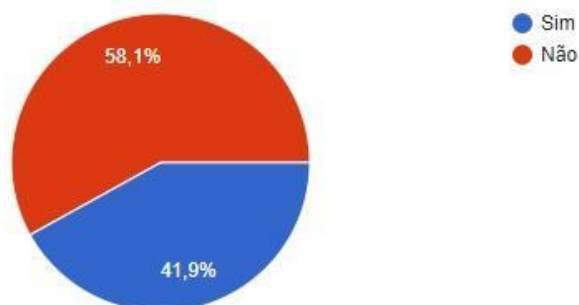
FONTE: A autora (2017).

Um segundo item importante para contextualizar os grupos estudados é o contato prévio com fontes relativas ao universo jurídico diversas da mídia. Na presente pesquisa optou-se por questionar quanto à presença de familiar atuante no direito, ao que as respostas direcionaram-se majoritariamente em sentido negativo, como vê-se nos gráficos abaixo.

GRÁFICO 3: FAMILIARES DE PRIMEIROANISTAS ATUANTES NO DIREITO.

Tem familiar que atua no direito?

31 respostas

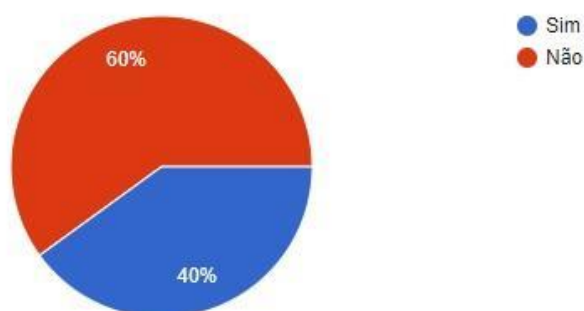


FONTE: A autora (2017).

GRÁFICO 4: FAMILIARES DE QUINTOANISTAS ATUANTES NO DIREITO.

Tem familiar que atua no direito?

30 respostas



FONTE: A autora (2017).

Ainda em relação a este ponto, aquelas/es que responderam positivamente ao questionamento anterior puderam responder com que área do direito seu familiar atuava. Para cada um dos grupos estudados houve 12 respostas quanto a essa questão, sendo que no que diz respeito à área criminal, foi obtido um total de 5 respostas afirmativas nesse sentido, 2 advindas do primeiro ano e as outras 3 do quinto ano.

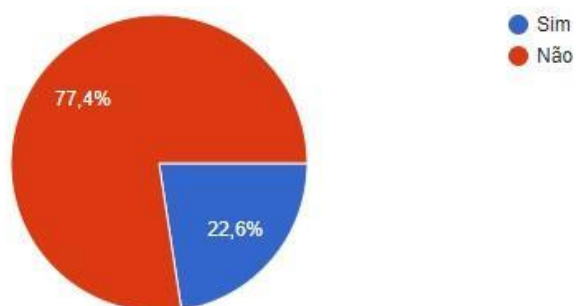
Em seguida, questionou-se quanto à organização política dos respondentes. Nesse ponto, três perguntas foram lançadas: *i)* participação em movimento social; *ii)* participação em partido político e *iii)* participação em manifestações secundaristas de 2016 - essa última apresentada apenas ao primeiro ano.

No que toca a movimentos sociais, o grupo do quinto ano tem atuação muito mais expressiva que o primeiro. Enquanto neste último 22,6% dos participantes afirmou integrar algum movimento, naquele 50% respondeu ter atuação nesse âmbito, como demonstram os gráficos a seguir.

GRÁFICO 5: PARTICIPAÇÃO DO PRIMEIRO ANO EM MOVIMENTOS SOCIAIS.

Participa ou participou de movimento social?

31 respostas

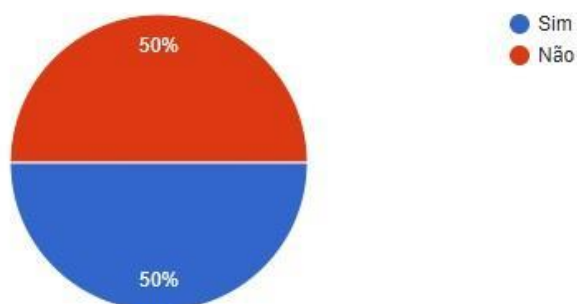


FONTE: A autora (2017).

GRÁFICO 6: PARTICIPAÇÃO DO QUINTO ANO EM MOVIMENTOS SOCIAIS.

Participa ou participou de movimento social?

30 respostas



FONTE: A autora (2017).

Quanto à presença em partidos políticos, em toda a amostra obteve-se apenas uma resposta positiva no grupo do quinto ano, caso no qual a pessoa relatou integrar o Partido Socialismo e Liberdade - PSol.

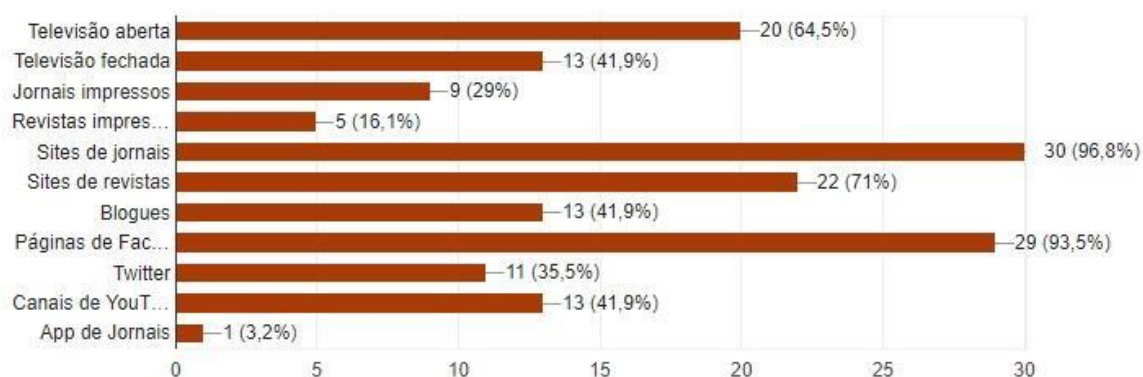
Em relação à atuação nas manifestações secundaristas de 2016, dos 31 respondentes do primeiro ano, apenas 4 responderam ter se envolvido no movimento, o que representa 12,9% da amostra.

Posteriormente, passou-se a perquirir acerca do contato dos sujeitos com canais midiáticos. No que toca aos meios de acesso a notícias, o resultado foi bastante parecido em ambos os grupos. Entre as respostas do 1º ano, o meio mais apontado foram os sites de jornais, com 30 indicações. Em seguida aparecem as páginas da rede social “Facebook”, com 29 respostas. Em terceiro lugar está a televisão aberta, com 20 respostas. Na amostra do 5º ano, a ordem de preferência é a mesma (1º sites de jornais, 2º páginas da rede social “Facebook” e 3º televisão aberta). Há, entretanto, um empate na última posição, figurando ao lado da televisão aberta os blogs. Também muito próxima desses últimos meios está a televisão fechada, como pode ser visto abaixo.

GRÁFICO 7: MEIOS DE ACESSO A NOTÍCIAS PARA O PRIMEIRO ANO.

Por quais meios você tem acesso a notícias?

31 respostas

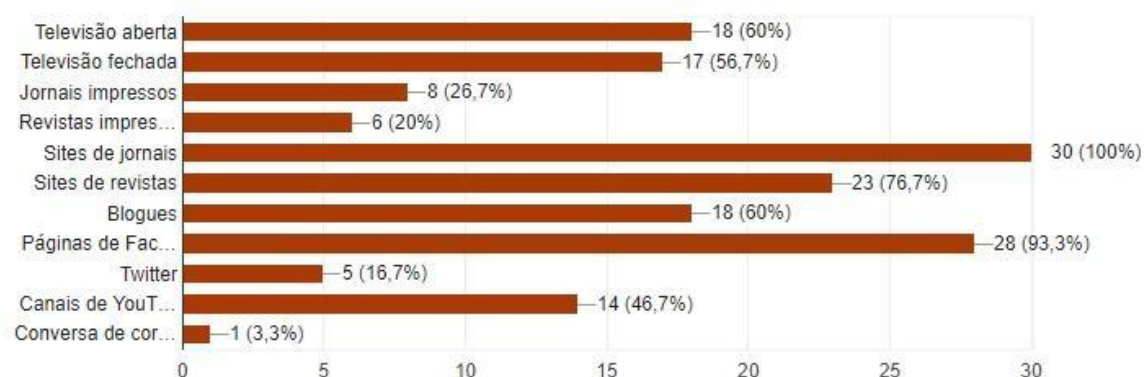


FONTE: A autora (2017).

GRÁFICO 8: MEIOS DE ACESSO A NOTÍCIAS PARA O QUINTO ANO.

Por quais meios você tem acesso a notícias?

30 respostas



FONTE: A autora (2017).

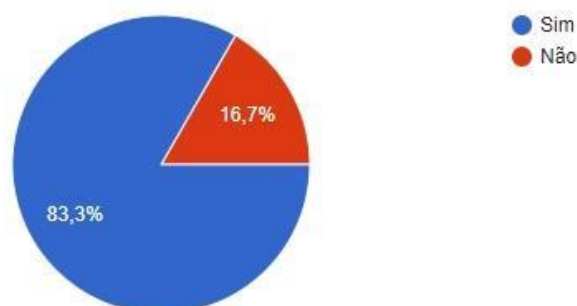
Questionou-se, também, acerca do contato com notícias sobre assuntos criminais, ao que, como esperado, 100% da amostra afirma já ter sido exposta a essa esfera de informação. Ainda sobre mídia, foram lançadas perguntas quanto aos canais de preferência para busca de notícias, crença na neutralidade da mídia, temas da área criminal que chamam atenção e contato com produções ficcionais ou documentários quanto ao assunto. Os resultados desses questionamentos serão apresentados em análise específica no próximo capítulo.

Finalmente, lançou-se um quesito ao quinto ano relativo à inserção das/os estudantes em atividades para além do ensino. Neste item se questionou a participação em projeto de extensão, projeto de pesquisa, grupo de estudos, coletivo acadêmico, partido acadêmico ou projeto de iniciação à docência. Da amostra com total de 30 respostas, 25 contam com a participação em alguns dos mencionados espaços, como vê-se:

GRÁFICO 9: INSERÇÃO DO 5º ANO EM ATIVIDADES ACADÊMICAS PARA ALÉM DO ENSINO.

Você participou de projeto de extensão, projeto de pesquisa, grupo de estudos, coletivo acadêmico, partido acadêmico ou projeto de iniciação à docência?

30 respostas



FONTE: A autora (2017).

Cabe apontar, ainda, que não foram apresentadas questões quanto à renda, origem, identidade étnico-racial, identidade de gênero, orientação sexual ou outras perguntas que pudessem definir o contexto sócio-histórico dos respondentes por duas razões. A primeira delas foi o receio de tais perguntas mostrarem-se elementos de identificação para a autora da pesquisa - que, lembrando, é integrante de um dos grupos e tem contato com ambos -, o que poderia mostrar-se como empecilho para participação das/os estudantes. Em segundo, temeu-se uma extensão demasiada dos questionários, já bastante grandes, sendo possível a mesma consequência.

Vencido esse primeiro contato com os grupos estudados, passa-se agora à análise dos resultados com base nas categorias gerais e abstratas “criminologia midiática” e “educação jurídica criminal”.



#### **4. A INGERÊNCIA DA MÍDIA E DA EDUCAÇÃO JURÍDICA SOBRE A COMPREENSÃO DAS/DOS ESTUDANTES ACERCA DA QUESTÃO CRIMINAL: ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS**

Tendo sido definidas as categorias gerais e abstratas que sustentam o olhar aos dados, bem como o contexto no qual o grupo estudado se insere, passa-se agora à análise do material coletado em campo. São aqui estabelecidas categorias específicas para cada questão, as quais são relacionadas com as categorias gerais. Inicialmente o foco recai sobre as perguntas atinentes à mídia e à criminologia midiática. Num segundo momento, a atenção é lançada sobre os quesitos relativos à educação jurídica criminal. Em ambas as etapas, as informações relacionadas ao primeiro e ao quinto ano são apresentadas conjuntamente.

##### **4.1 A INFLUÊNCIA DAS ABORDAGENS MIDIÁTICAS ACERCA DA QUESTÃO CRIMINAL SOBRE A PERCEPÇÃO DAS/OS ESTUDANTES**

Neste item são abordadas as questões encaixadas na categoria geral “criminologia midiática”, quais sejam, as atinentes à mídia e à imagem por essa trazida quanto à questão criminal. Em relação ao questionário apresentado ao primeiro ano, serão estudadas as respostas aos quesitos 5 a 22, sendo ligações com outras perguntas indicadas ao longo da análise. Em relação ao quinto ano, o olhar recai sobre os itens 7 a 21, com a mesma observação quanto à relação com outras questões.

Inicialmente, já se pode confirmar a espetacularização da questão criminal, tendo em vista que 100% da amostra de ambos os grupos afirmou ter contato com notícias envolvendo o assunto e um número expressivo de pessoas indicou ter acesso a mídias de entretenimento (séries, filmes, documentários, ...) sobre o tema em tela. A fim de aprofundar tal observação, começa-se a análise no que toca à aproximação com notícias e, em seguida, observa-se a relação com tais mídias de entretenimento.

#### 4.1.1 O impacto das notícias

Cabe, em primeiro lugar, retomar a indicação dos meios de acesso a notícias, apresentada no capítulo anterior. Entre as respostas do 1º ano, o meio mais apontado foram os sites de jornais, com 30 indicações. Em seguida aparecem as páginas da rede social “Facebook”, com 29 respostas. Em terceiro lugar está a televisão aberta, com 20 respostas. Na amostra do 5º ano, a ordem de preferência é a mesma (1º sites de jornais, 2º páginas da rede social “Facebook” e 3º televisão aberta). Há, entretanto, um empate na última posição, figurando ao lado da televisão aberta os blogues.

Nesse sentido, é nítida a preponderância de meios eletrônicos sobre os impressos, como era esperado. É possível perceber, diante disso, que os meios mais difundidos são aqueles com maior poder de dinamismo na comunicação por imagens, dinamismo esse entendido como a possibilidade de dispor de mais recursos comunicacionais (maior número de imagens, vídeos, por exemplo) em um único espaço, o qual é mais ágil e facilmente distribuído. Lembre-se que há um intenso poder na comunicação por imagens, residente “no fato de ela impactar a esfera emocional”<sup>77</sup>, tendo a particularidade, como aponta Bourdieu, de “poder produzir o que os críticos literários chamam o efeito do real, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver”.<sup>78</sup> Tal poder, como debatido no capítulo 1, é importante na construção de estereótipos e na introjeção da mensagem no equipamento psicológico sem a consciência desse processo no indivíduo que a recebe.

Ainda no que toca aos meios de acesso à notícias, questionou-se quanto à preferência por algum canal. O primeiro ano apresentou, em resposta à pergunta 9, o seguinte quadro<sup>79</sup>:

QUADRO 3: MEIOS DE ACESSO A NOTÍCIAS PREFERIDOS PELAS/OS PRIMEIROANISTAS.

- Inexistência de meio preferido: 7 respostas
- Existência de meio preferido, sem indicação de qual seria: 1 resposta
- Existência de meio preferido, com indicação de qual seria:

<sup>77</sup> ZAFFARONI, E.R. *A Questão Criminal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013, item 37, edição e-pub.

<sup>78</sup> BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 28.

<sup>79</sup> Houve 5 pessoas que indicaram 2 meios de preferência, razão pela qual o total de respostas (35) é maior que o número de respondentes (30).

- “Twitter” - 1 resposta
- Séries policiais ou criminais - 1 resposta
- El País - 3 respostas
- Carta Capital - 3 respostas
- GloboNews - 3 respostas
- Folha de S. Paulo - 3 respostas
- Nexo Jornal - 2 respostas
- Brasil de Fato - 1 resposta
- Uol - 1 resposta
- Café com Jornal - 1 resposta
- Estadão - 1 resposta
- Washington Post - 1 resposta
- Valor Econômico - 1 resposta
- Bom Dia Brasil - 1 resposta
- Revista Exame - 1 resposta
- NY Times - 1 resposta
- G1 - 1 resposta
- BBC Brasil - 1 resposta

Fonte: A autora (2017).

No que toca à origem das notícias, nota-se que há preponderância dos meios pertencentes a grupos nacionais sobre aqueles próprios de grupos estrangeiros, sendo indicados 11 canais daquela categoria e 6 desta. Entre os meios mais mencionados, um é estrangeiro (El País) e os outros são nacionais (Carta Capital, Folha de S. Paulo e GloboNews).

Em relação às preferências das pessoas envolvidas em movimentos sociais e/ou mobilizações secundaristas, de quem se espera posicionamento mais crítico ou ao menos mais bem delineado por conta da inserção em espaço propício para o desenvolvimento de consciência social, ou pelo menos de ligação com uma determinada forma de perceber a realidade, os resultados são os seguintes: *i)* Carta Capital: 3 indicações<sup>80</sup>; *ii)* El País: 2 indicações<sup>81</sup>; *iii)* Brasil de Fato: 1 indicação<sup>82</sup>; *iv)* Twitter: 1 indicação<sup>83</sup> e *v)* ausência de predileção: 3 respostas<sup>84</sup>.

Nesse âmbito, em termos numéricos, não é possível perceber uma postura mais definida em relação aos canais preferidos por parte dos sujeitos pertencentes

<sup>80</sup> Menções feitas nas respostas nº 16, 18 e 29.

<sup>81</sup> Menções feitas nas respostas nº 29 e 31.

<sup>82</sup> Menção feita na resposta nº 17.

<sup>83</sup> Menção feita na resposta nº 3.

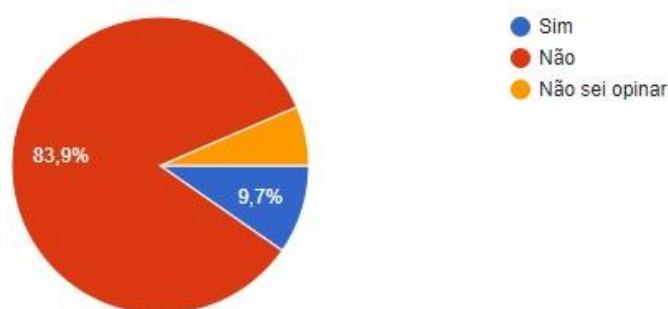
<sup>84</sup> Menções feitas nas respostas nº 4, 5 e 28.

a movimentos sociais. Isso porque tanto para as pessoas envolvidas em tais grupos quanto para as que não se envolvem, a porcentagem de pessoas que determinou sua predileção é o mesmo: aproximadamente 66,6% do total<sup>85</sup>. Entretanto, em termos qualitativos, nota-se maior coesão entre as respostas dos/as militantes. Esse grupo de 9 pessoas indicou 4 meios, tendo dois deles compromissos políticos semelhantes<sup>86</sup>. As demais 21 pessoas, por seu turno, indicaram 15 canais prediletos, de posições políticas variadas.

Ainda no que toca à atitude perante a mídia, faz-se necessário observar os resultados da questão 10, que perquire quanto à crença na neutralidade da mídia. Nesse ponto, vê-se, em geral, uma percepção bastante crítica, haja vista que apenas 4 respostas não foram negativas, sendo três “sim” e um “não sei opinar”, como indicado abaixo:

GRÁFICO 10: POSTURA DO 1º ANO QUANTO À NEUTRALIDADE DA MÍDIA.  
Você acredita que canais de notícias podem transmitir as informações com neutralidade?

31 respostas



FONTE: A autora (2017).

<sup>85</sup> Das 9 pessoas envolvidas em movimentos sociais (respostas nº 3, 4, 5, 16, 17, 18, 31) e/ou mobilizações secundaristas (respostas nº 4, 17, 28, 29), 6 indicaram um meio predileto. Das 21 pessoas não envolvidas nesses grupos, 14 afirmaram ter uma preferência.

<sup>86</sup> Tanto Carta Capital quanto Brasil de Fato apontam a necessidade de se fazer um jornalismo crítico. Carta Capital coloca que “O jornalismo vigia a fronteira entre a civilização e a barbárie” e que “está a serviço da democracia e da diversidade de opinião, contra a escuridão do autoritarismo do pensamento único, da ignorância e da brutalidade”. Brasil de Fato, criado por movimentos populares que consideraram fundamental a democratização dos meios de comunicação na luta por uma sociedade justa e fraterna, vem para “contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país”. Tais informações foram extraídas dos respectivos sites, disponíveis em: <<https://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>> e <<https://www.brasildefato.com.br/quem-somos/>>. Acesso em 7 nov. 2017.

Entre os respondentes “sim” e “não sei opinar” não há militantes de movimentos sociais. Isso indica, como mencionado anteriormente, que essas pessoas estão inseridas em um espaço catalisador do desenvolvimento de consciência, facilitando, assim, a percepção de que a mídia promove recortes e enfoques de acordo determinadas visões de mundo que se queira exibir.

Ademais, as pessoas que ofereceram tais respostas têm por predileção canais pertencentes a grandes grupos comunicacionais que não apresentam compromisso com um projeto popular e crítico de jornalismo. Assim, possivelmente as informações relativas à questão criminal transmitida por esses canais carregará os credos criminais da criminologia midiática que serão, provavelmente, tidos como dados objetivos pelos sujeitos que acreditam em sua neutralidade. A fim de verificar a relação entre a crença em tela e a percepção sobre a questão criminal, esse item será retomado quando da análise das questões relativas à pena de morte, drogas, aborto, corrupção e princípios processuais penais.

Cabe agora encarar a posição das/os quintoanistas sobre essa mesma temática. No tocante a canais favoritos, obteve-se o seguinte resultado<sup>87</sup>:

QUADRO 4: MEIOS DE ACESSO A NOTÍCIAS PREFERIDOS PELAS/OS QUINTOANISTAS.

- Inexistência de meio preferido: 11 respostas
- Existência de meio preferido, sem indicação de qual seria: 1 resposta
- Existência de meio preferido, com indicação de qual seria:
  - Brasil de Fato - 3 respostas
  - Carta Capital - 3 respostas
  - Mídia Ninja - 3 respostas
  - Banda B - 2 respostas
  - Folha de S. Paulo - 2 respostas
  - Gazeta do Povo - 2 respostas
  - Jornal Online BBC - 2 respostas
  - JOTA - 2 respostas
  - Nexo Jornal - 2 respostas
  - Canal Assombrado - 1 resposta
  - El País - 1 resposta
  - Fora do Eixo - 1 resposta
  - Foreign Affairs - 1 resposta

<sup>87</sup> Houve 5 respostas com indicação de 2 meios, 3 respostas com indicação de 3 meios e 1 resposta com indicação de 6 meios. Por essa razão, o total de respostas (45) é maior que o número de respondentes (31).

- Greg News - 1 resposta
- The Guardian - 1 resposta
- Jornal Nacional - 1 resposta
- Justificando - 1 resposta
- NY Times - 1 resposta
- Podcast Xadrez Verbal - 1 resposta
- Sputnik - 1 resposta
- Valor Econômico - 1 resposta
- Existência de meio desestimado, com indicação de qual seria:
  - Revista Veja - 1 resposta

Fonte: A autora (2017).

Em relação ao país de origem, persiste a predominância dos canais nacionais: são indicados 6 meios pertencentes a grupos estrangeiros e 16 próprios de grupos nacionais. Entre os mais indicados, todos são brasileiros (Brasil de Fato, Carta Capital e Mídia Ninja).

Acerca das predileções das/os militantes de movimentos sociais, valem as mesmas observações feitas ao longo da análise dos resultados do primeiro ano. Além de 4 menções de inexistência de canal predileto, os meios apresentados, em ordem decrescente de indicação, foram os seguintes: *i)* Brasil de Fato: 3 menções<sup>88</sup>; *ii)* Carta Capital: 3 menções<sup>89</sup>; *iii)* Mídia Ninja: 2 menções<sup>90</sup>; *iv)* Nexô Jornal: 2 menções<sup>91</sup>; *v)* JOTA: 2 menções<sup>92</sup>; *vi)* BBC: 2 menções; *vii)* Sputnik: 1 menção; *viii)* Fora do Eixo: 1 menção; *ix)* Xadrez Verbal: 1 menção; *x)* NY Times: 1 menção; *xi)* Folha de S. Paulo: 1 menção; *xii)* Gazeta do Povo: 1 menção; *xiii)* Banda B: 1 menção; *xiv)* Canal Assombrado: 1 menção e *xv)* Greg News: 1 menção.<sup>93</sup> Ademais, a indicação de um meio desestimado, qual seja, Revista Veja, veio de uma pessoa envolvida em movimentos sociais<sup>94</sup>.

É possível verificar, ao contrário do que ocorreu com o primeiro ano, uma variedade de meios tanto entre as/os militantes quanto entre as/os não militantes.

<sup>88</sup> Menções feitas nas respostas nº 4, 14 e 22.

<sup>89</sup> Menções feitas nas respostas nº 7, 14 e 16.

<sup>90</sup> Menções feitas nas respostas nº 14 e 22.

<sup>91</sup> Menções feitas nas respostas nº 18 e 19.

<sup>92</sup> Menções feitas nas respostas nº 18 e 19.

<sup>93</sup> Menções a BBC, Fora do Eixo e NY Times foram feitas na resposta nº 14. Menção à Folha de S. Paulo ocorreu na resposta nº 16. Menções à Gazeta do Povo, Banda B e Canal Assombrado foram feitas na resposta nº 21. Menção a Sputnik foi realizada na resposta nº 10. Menção a Greg News ocorreu na resposta nº 24.

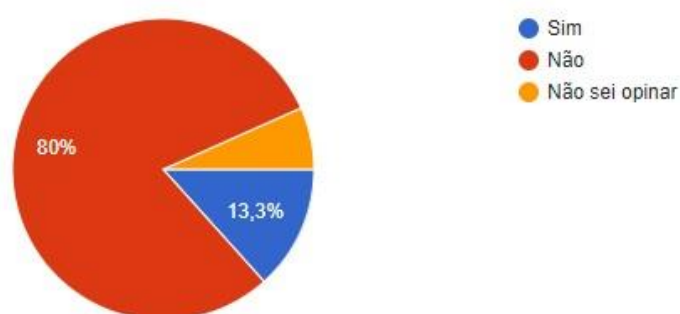
<sup>94</sup> Indicação à Revista Veja foi realizada na resposta nº 16.

São trazidos pelo primeiro grupo 15 canais, de variadas posições, ligadas ou não a um jornalismo crítico. O segundo grupo apresenta 10 canais, com a mesma diversidade. Uma possível razão para essa diferença perante os resultados do primeiro ano é o eventual envolvimento em movimentos sociais de diferentes posturas no espectro político.

Outra diferença em relação aos dados do primeiro ano é a maior presença da crença na neutralidade da mídia. Das 31 respostas de quintoanistas nesse quesito, quatro foram “sim” e duas foram “não sei opinar”, como vê-se:

GRÁFICO 11: POSTURA DO 5º ANO QUANTO À NEUTRALIDADE DA MÍDIA.  
Você acredita que canais de notícias podem transmitir as informações com neutralidade?

30 respostas



FONTE: A autora (2017).

Entre as respostas “sim” não há militantes de movimentos sociais, mas as duas respostas “não sei opinar” vieram de pessoas envolvidas em alguma organização desse caráter.

A maior crença na neutralidade da mídia leva ao questionamento quanto à capacidade de as/os quintoanistas de perceberem e afastarem os credos criminológicos da criminologia midiática. Por essa razão, levantar-se-á a questão em pauta quando da observação da pergunta sobre elementos que chamam atenção em narrativas ficcionais acerca da questão criminal, no próximo tópico deste capítulo.

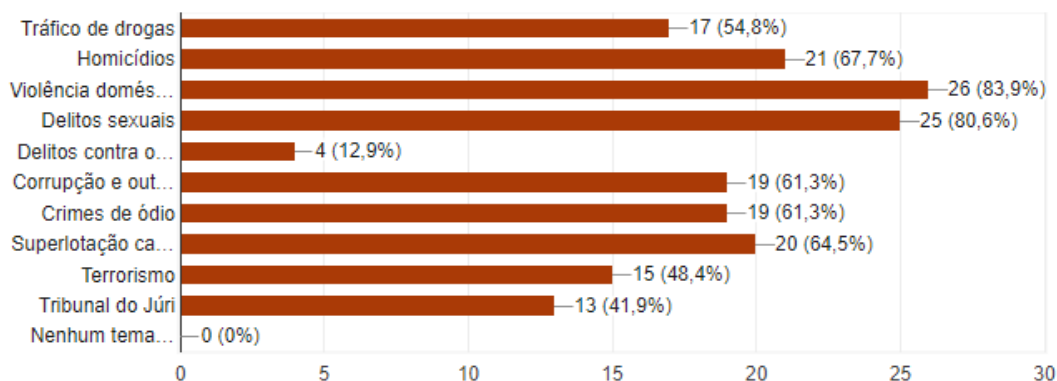
Continuando a análise acerca da percepção das/os estudantes sobre a mídia, passa-se a encarar a questão sobre os temas que despertam a atenção em notícias

sobre delitos ou sistema criminal. O primeiro ano apresentou os seguintes resultados:

GRÁFICO 12: TEMAS QUE DESPERTAM ATENÇÃO DE PRIMEIROANISTAS EM NOTÍCIAS CRIMINAIS.

Em caso positivo, algum(ns) deste(s) tema(s) te chamou atenção?

31 respostas



FONTE: A autora (2017).

Observa-se que os assuntos mais notados são, em ordem decrescente: *i)* Violência Doméstica e Familiar: 26 respostas; *ii)* Delitos Sexuais: 25 respostas; *iii)* Homicídios: 21 respostas; *iv)* Superlotação carcerária: 20 respostas *v)* Corrupção e outros delitos econômicos: 19 respostas e *vi)* Crimes de ódio: 19 respostas.

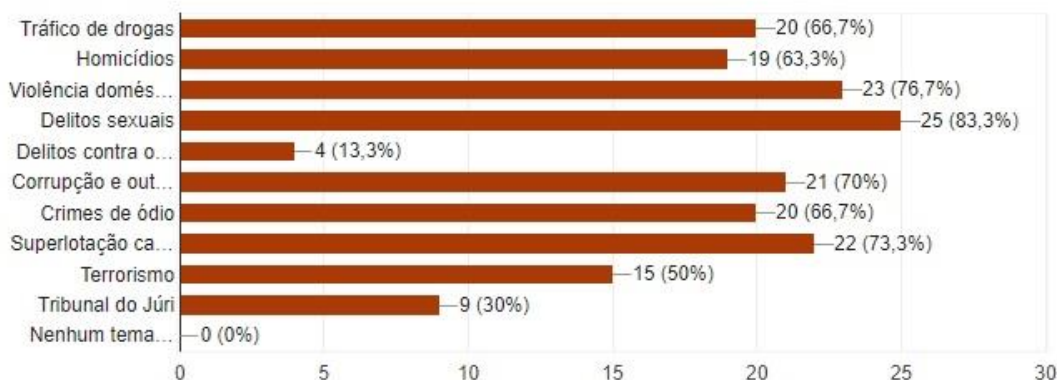
Em relação ao quinto ano, a amostra consultada opinou da seguinte maneira:



GRÁFICO 13: TEMAS QUE DESPERTAM ATENÇÃO DE QUINTOANISTAS EM NOTÍCIAS CRIMINAIS.

Em caso positivo, algum(ns) deste(s) tema(s) te chamou atenção?

30 respostas



FONTE: A autora (2017).

Para esse grupo são mais notáveis, em ordem decrescente, estes temas: i) Delitos sexuais: 25 respostas; ii) Violência Doméstica e Familiar: 23 respostas; iii) Superlotação carcerária: 22 respostas; iv) Corrupção e outros delitos econômicos: 21 respostas; v) Tráfico de drogas: 20 respostas e vi) Crimes de ódio: 20 respostas.

Diante de tais resultados, vale trazer breves apontamentos sobre a aproximação midiática acerca das matérias mais lembradas, sem nenhuma pretensão de esgotamento e lembrando que não são esses assuntos o foco do presente trabalho. Inicia-se, então, pelos dois temas mais apontados por ambos os grupos, delitos sexuais e violência doméstica e familiar.

No concernente à violência doméstica e familiar e delitos sexuais, não há como ignorar o debate da violência de gênero, diversa das duas primeiras questões, embora com elas conectadas. Sobre o tema, vale trazer o pensamento de Heleieth Saffioti: “O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens - sempre vinculados à força - são preparados para o exercício do poder”<sup>95</sup>.

Não se acredita que apenas mulheres possam ser vítimas desses dois formatos de violência - há que se lembrar, especialmente, da vulnerabilidade dos corpos infantis. Entretanto, reconhece-se que é sobre o corpo de caracteres

<sup>95</sup> SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 89.

femininos que incide, em maioria, a marca dessas categorias. Nesse âmbito, Debora Diniz afirma que o estupro “é um ato violento de demarcação do patriarcado nas entranhas das mulheres. É real e simbólico. Age em cada mulher vitimada, mas em todas as mulheres submetidas ao regime de dominação”<sup>96</sup>. Acerca da relação comprometida pela violência doméstica, Saffioti coloca que:

o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu ‘destino’ assim o determina.<sup>97</sup>

No que toca à abordagem midiática da questão, avalia Maíra Zapater, em observação da narrativa sobre violência doméstica em novelas, que “ainda é forte a ideia de que a violência contra a mulher por vezes é vista como um roubo apaixonado, e o agressor como alguém que ‘amou demais’”<sup>98</sup>. Também enxerga essa forma de narrativa Lívia Perez, diretora do documentário “Quem matou Eloá?”, que em entrevista para o site Think Olga colocou que para a produção do material viu muitas reportagens sobre violência doméstica e que “na maioria das vezes se fala sempre sobre ciúmes, o padrasto que matou a enteada por ciúmes, o ex-namorado, o marido enciumado, é muito parecido”<sup>99</sup>. Aponta, ainda, acerca da postura da mídia em relação a esse tipo de delito, como se mostrou no caso de Eloá, a busca em construir um romance em cima do crime, construindo personagens e se apoiando sobre a dor do homem, sobre o ciúme, sobre o que ele quer, uma construção de uma forma muito clássica, como uma novela<sup>100</sup>.

No que toca à corrupção, imperioso tratar das implicações das coberturas da Operação Lava Jato. Sobre o assunto, sustenta Eliane Brum que tais abordagens

<sup>96</sup> DINIZ, D. A marca do dono. *O Estado de S. Paulo*. 09 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,a-marca-do-dono,1094960>>. Acesso em 09 nov. 2017.

<sup>97</sup> SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 90.

<sup>98</sup> ZAPATER, M. 08 anos de Lei Maria da Penha: como a violência doméstica contra mulheres é mostrada na TV? Uma breve retrospectiva. *Deu na TV*. 08 ago. 2014. Disponível em: <<https://deunatv.wordpress.com/2014/08/08/08-anos-de-lei-maria-da-penha-como-a-violencia-domestica-contra-mulheres-e-mostrada-na-tv-uma-breve-retrospectiva/>>. Acesso em 09 nov. 2017.

<sup>99</sup> PEREZ, L. Quando a violência contra a mulher vira espetáculo na mídia: o que aprendemos com o caso Eloá. *Think Olga*. 04 out. 2016. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2016/10/04/quando-violencia-contra-mulher-vira-espetaculo-na-midia-o-que-aprendemos-com-o-caso-eloa/>>. Acesso em 09 nov. 2017.

<sup>100</sup> PEREZ, L. Quando a violência contra a mulher vira espetáculo na mídia: o que aprendemos com o caso Eloá. *Think Olga*. 04 out. 2016. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2016/10/04/quando-violencia-contra-mulher-vira-espetaculo-na-midia-o-que-aprendemos-com-o-caso-eloa/>>. Acesso em 09 nov. 2017.

consistiram na produção de “imagens amplamente disseminadas pelas TVs e pela internet de empresários e principalmente de políticos algemados e humilhados”<sup>101</sup>, sendo o espetáculo estratégico para angariar apoio da população à Operação<sup>102</sup>. Ademais, Brum aponta que se reforçou não apenas “a interpretação de que a única forma de fazer justiça é prender, como açulou algo muito grave e também constitutivo do Brasil: confundir justiça com vingança”<sup>103</sup>. Ainda, destaca que

Nesta construção ideológica, a Lava Jato tem o efeito de produzir uma ideia de que, agora, a justiça é para todos. Ou a prisão é para todos, já que justiça e prisão são usadas como sinônimos. Num dos países mais desiguais do mundo, atinge-se pelo menos uma igualdade: a de que todos podem – e são – presos. Esta ideia, porém, não é apenas manipuladora. Ela é comprovadamente falsa. E ela serve para mascarar a enorme desigualdade do Brasil<sup>104</sup>.

Observando o impacto do tema em pauta sobre a construção do que chama de “império do decisionismo”, Salah H. Khaled Jr. salienta que a Operação Lava Jato

ilustra muito bem o quanto é perigosa a imbricação entre moral, comunicação social e decisão judicial. Moro não tinha saída: precisava condenar. Sua reputação e a credibilidade de todo o trabalho da Operação Lava Jato dependia da condenação do ex-presidente Lula<sup>105</sup>.

Lembra Khaled Jr., ainda, que “o combate à corrupção justifica o emprego de qualquer recurso, o que contribuiu decisivamente para a desestabilização da

<sup>101</sup> BRUM, E. A lei não é para todos: Como a Lava Jato reforça no país uma ideia perigosa: a de que prisão é justiça. *El País*. 04 set. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/04/opinion/1504537298\\_383906.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/04/opinion/1504537298_383906.html)>. Acesso em 08 nov. 2017.

<sup>102</sup> BRUM, E. A lei não é para todos: Como a Lava Jato reforça no país uma ideia perigosa: a de que prisão é justiça. *El País*. 04 set. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/04/opinion/1504537298\\_383906.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/04/opinion/1504537298_383906.html)>. Acesso em 08 nov. 2017.

<sup>103</sup> BRUM, E. A lei não é para todos: Como a Lava Jato reforça no país uma ideia perigosa: a de que prisão é justiça. *El País*. 04 set. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/04/opinion/1504537298\\_383906.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/04/opinion/1504537298_383906.html)>. Acesso em 08 nov. 2017.

<sup>104</sup> BRUM, E. A lei não é para todos: Como a Lava Jato reforça no país uma ideia perigosa: a de que prisão é justiça. *El País*. 04 set. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/04/opinion/1504537298\\_383906.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/04/opinion/1504537298_383906.html)>. Acesso em 08 nov. 2017.

<sup>105</sup> KHALED JR. S. H. Livre convencimento motivado: o império do decisionismo no Direito. *Justificando*. 18 out. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/10/18/livre-convencimento-motivado-o-imperio-do-decisionismo-no-direito/>>. Acesso em 7 nov. 2017.

República e a **ruína** da democracia” [grifo do autor]<sup>106</sup>. Nesse âmbito, pode-se dizer que, por conta da “causalidade mágica” atribuída aos sujeitos pertencentes aos grupos estereotipados como “criminosos”, não apenas em relação aos acusados e condenados na operação em tela se defende a desnecessidade ou até a inconveniência de direitos e garantias materiais e processuais, mas em relação a todos cuja imagem se adeque àquela dos estereótipos. A percepção das/os estudantes quanto a esse tema será abordada em momento posterior.

A referida “causalidade mágica” encontra grande fôlego na propagação da representação do jovem pobre, negro, periférico como traficante, sendo o tráfico apresentado como o centro das outras formas de violência, o que nos leva ao outro tema mencionado pelas/os estudantes. Beatriz Vargas Ramos nota que

Percebe-se em transmissões de rádio e TV uma entonação diferente na voz, um olhar diferente, outra respiração, uma adrenalina, certa dose de euforia, embora contida, na pronúncia de trechos inteiros de um discurso carregado de armamento mortal contra o traficante de drogas ilícitas [...] <sup>107</sup>.

Do tráfico de drogas passa-se a tratar da superlotação carcerária, outro assunto apontado no presente estudo e que se liga diretamente com aquele. Nota-se que a indicação desse ponto pelos estudantes entrevistados parece relacionar-se com a cobertura sobre as rebeliões ocorridas no início deste ano. Ao invés de aprofundar o debate sobre as raízes do hiperencarceramento e a dinâmica de troca de favores que sustenta a ordem nos estabelecimentos prisionais, a grande mídia vendeu a ideia de que os eventos eram acidentais e de que a solução estava na construção de novos presídios<sup>108</sup>.

Os outros dois temas mais notados pelas/os respondentes foram homicídios e crimes de ódio. Nesses dois é nítido o potencial de emotividade a ser explorado, um pelo elemento sangue e outro pelo próprio ódio, estando esses ingredientes às vezes associados.

Defronte dessa brevíssima explanação sobre a frequente abordagem da grande mídia acerca dos temas que despertam a atenção dos grupos estudados,

<sup>106</sup> KHALED JR. S. H. Livre convencimento motivado: o império do decisionismo no Direito. *Justificando*. 18 out. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/10/18/livre-convencimento-motivado-o-imperio-do-decisionismo-no-direito/>>. Acesso em 7 nov. 2017.

<sup>107</sup> RAMOS, B. V. *Direito ao dissenso*. In.: BATISTA, V. M. (Org.). *Criminologia de Cordel*. Paz Armada. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2013, p. 16.

<sup>108</sup> ANGOLA, C. de. A grande mídia e a cobertura sobre os massacres no sistema carcerário. *Brasil de Fato*. 07 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/02/07/artigo-a-grande-midia-e-a-cobertura-sobre-os-massacres-no-sistema-carcerario/>>. Acesso em 10 nov. 2017.

pode-se passar para uma exploração da postura dessas pessoas sobre temas polêmicos envolvidos na questão criminal. Cabe lembrar, porém, que entre os meios favoritos de acesso a notícias há forte presença de canais comprometidos com o jornalismo crítico, sendo a aproximação desses em relação aos mesmos temas, possivelmente, diferenciada. Ademais, especialmente no que toca às/aos quintoanistas, outros dispositivos tem intensidade alta no potencial direcionamento da percepção, especialmente a educação jurídica criminal, observado no próximo subitem.

Os assuntos sobre os quais se perquiriu as/os estudantes foram descriminalização do aborto, pena de morte, legalização das drogas, 10 medidas contra a corrupção e princípios da presunção de inocência e ampla defesa. As categorias específicas que poderiam ser escolhidas foram, para as quatro primeiras matérias, “sim”, “não”, “não sei opinar”, “outro”. Já em relação aos princípios poderia se optar por “fundamentais para a democracia”, “entraves para o combate da criminalidade”, “não sei opinar” e “outro”.

A postura do primeiro ano para cada tema foi a seguinte:

TABELA 1: POSTURA DO PRIMEIRO ANO DIANTE DE TEMAS ATINENTES À QUESTÃO CRIMINAL.

TEMA	SIM/ FUNDAMENTAIS PARA A DEMOCRACIA	NÃO/ ENTRAVES PARA O COMBATE À CRIMINALIDADE	NÃO SEI OPINAR	OUTRO
descriminalização do aborto	27 (87,1%)	2 (6,5%)	2 (6,5%)	0 (0%)
pena de morte	2 (6,5%)	27 (87,1%)	2 (6,5%)	0 (0%)
legalização e regulamentação das drogas	19 (61,3%)	6 (19,4%)	4 (12,4%)	2 (6,4%)* <sup>109</sup>
10 medidas contra a corrupção	9 (29%)	8 (25,8%)	14 (45,2%)	0 (0%)
princípios da presunção de	28 (90,3%)	3 (9,7%)	0 (0%)	0 (0%)

<sup>109</sup> As opiniões enquadradas na categoria “outros” são favoráveis à legalização da maconha, apenas.

inocência e ampla defesa				
--------------------------	--	--	--	--

Fonte: A autora (2017).

O quinto ano, por seu lado, assim se posicionou:

TABELA 2: POSTURA DO QUINTO ANO DIANTE DE TEMAS ATINENTES À QUESTÃO CRIMINAL.

TEMA	SIM/ FUNDAMENTAIS PARA A DEMOCRACIA	NÃO/ ENTRAVES PARA O COMBATE À CRIMINALIDADE	NÃO SEI OPINAR	OUTRO
descriminalização do aborto	25 (83,3%)	2 (6,7%)	2 (6,7%)	1 (3,3%)* <sup>110</sup>
pena de morte	3 (10%)	27 (90%)	0 (0%)	0 (0%)
legalização e regulamentação das drogas	27 (90%)	1 (3,3%)	1 (3,3%)	1 (3,3%)** <sup>111</sup>
10 medidas contra a corrupção	5 (16,7%)	14 (46,7%)	10 (33,3%)	1 (3,3%*** <sup>112</sup>
princípios da presunção de inocência e ampla defesa	30 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)

Fonte: A autora (2017).

No que toca ao tema relativo à questão de gênero, aborto, ambas as turmas tiveram posicionamento progressista, em geral. Possivelmente, o fato de notícias sobre violência doméstica e familiar e delitos sexuais terem chamado a atenção dos grupos pode significar o desenvolvimento de maior sensibilidade diante de assuntos

<sup>110</sup> A opinião alocada na categoria “outros” é favorável à descriminalização do aborto apenas para a proteção da mãe e aponta a necessidade de programas de desincentivo à prática para resguardar a vida do feto que, por convicções religiosas mencionadas na resposta, merece respeito.

<sup>111</sup> O posicionamento é favorável à regulamentação da política de drogas com o único objetivo de desarticulação do tráfico.

<sup>112</sup> A resposta foi “nunca li”.

ligados às mulheres, apesar da postura da grande mídia de, em geral, demonizar ou revitimizar as vítimas daquelas espécies de delito.

Chama atenção a baixa incidência de respostas “não sei opinar” no grupo do primeiro ano, exceto quanto às 10 medidas contra a corrupção, chegando a 0% de incerteza diante dos princípios da presunção de inocência e ampla defesa. Apesar de os temas serem envolvidos em debates complexos no âmbito acadêmico, em geral as/os recém-ingressos não têm receio em se posicionar. Com essa observação não se almeja afirmar que o enfrentamento dos temas em tela seja enclausurado na academia. O objetivo é despertar a curiosidade para as fontes que embasam os posicionamentos das/os primeiroanistas, tendo em vista a baixa incidência de familiares atuantes no direito e a pequena participação em movimentos sociais, espaços nos quais poderia se desenvolver um diálogo mais propício a encarar as matérias em profundidade. Não sendo essa configuração o caso da maioria dos integrantes do grupo, inferir que sua postura tem, ao menos parte, de sua base em informações oferecidas pela mídia parece ter certo valor.

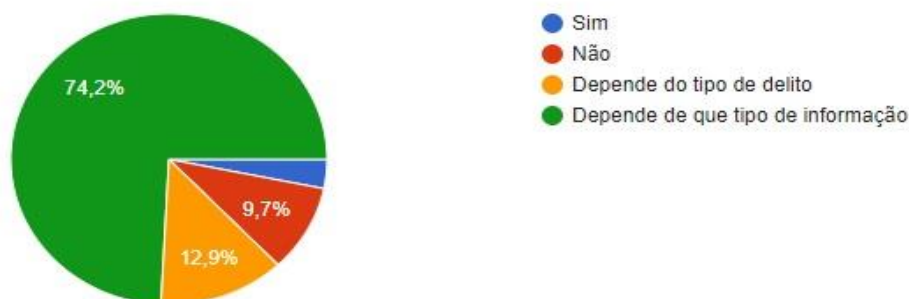
No grupo do quinto ano, como esperado, a aparição de “não sei opinar” é ainda menos expressiva, possivelmente em razão da maior reflexão sobre os assuntos ao longo dos anos de curso. Nesse ponto, é possível pensar que a educação jurídica pode ter tido papel relevante na modificação de certas posturas, como ocorre com a questão das drogas. Apesar de aproximadamente 62% das/os primeiroanistas ser progressista nesse âmbito, entre os quintoanistas a opinião favorável à legalização é muito maior (90%). Também cabe essa reflexão acerca dos princípios trazidos no questionário, diante dos quais, mesmo as/os quintoanistas que tiveram posturas conservadoras em relação aos demais temas, opinaram por sua alta relevância.

Nesse sentido, nota-se a altíssima porcentagem de posturas democráticas frente aos princípios em tela, o que se revela como um dado bastante otimista. Entretanto, há um ponto contraditório: apesar de a maioria das/os respondentes não acreditar na neutralidade da mídia e considerar a presunção de inocência e a ampla defesa como fundamentais, a postura, em geral, diante da relação entre mídia e processo penal no tocante à troca de informações não é de desconfiança. É o que se pode depreender das respostas aos quesitos sobre a possibilidade de divulgação de informações sobre processos criminais na mídia e utilização de dados obtidos por essa naqueles. Vejam-se os resultados do primeiro ano:

GRÁFICO 14: POSTURA DAS/OS PRIMEIROANISTAS SOBRE DIVULGAÇÃO MIDIÁTICA DE INFORMAÇÕES ORIUNDAS DE PROCESSOS CRIMINAIS.

Você acredita que informações obtidas em uma investigação ou em processo criminal podem ser exibidas na mídia?

31 respostas



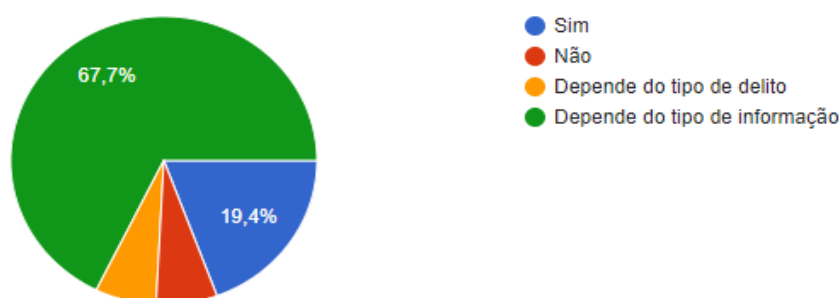
FONTE: A autora (2017).

Somando-se as opiniões “sim” (1 resposta - 3,2%), “depende do tipo de delito” (4 respostas - 12,9%) e “depende do tipo de informação” (23 respostas - 74,2%), tem-se que 90,3% das/os primeiroanistas acredita na possibilidade de alguma forma de exibição midiática de informações oriundas de processos criminais.

GRÁFICO 15: POSTURA DAS/OS PRIMEIROANISTAS SOBRE UTILIZAÇÃO EM PROCESSOS CRIMINAIS DE INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELA MÍDIA.

Você acredita que informações obtidas pela mídia podem ser usadas em um processo criminal?

31 respostas



FONTE: A autora (2017).



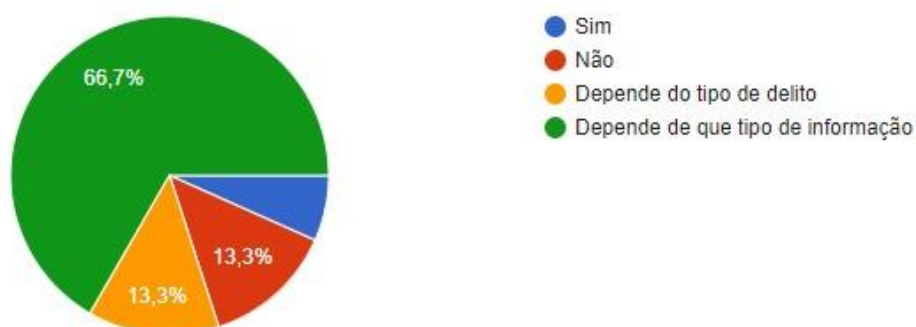
Unindo-se as escolhas “sim” (6 respostas - 19,4%), “depende do tipo de delito” (2 respostas - 6,5%) e “depende do tipo de informação” (21 respostas - 67,7%), tem-se que 93,6% desse grupo considera possível a utilização de algum tipo de informação obtida pela mídia em um processo criminal.

O quinto ano posiciona-se da seguinte forma:

GRÁFICO 16: POSTURA DAS/OS QUINTOANISTAS SOBRE DIVULGAÇÃO MIDIÁTICA DE INFORMAÇÕES ORIUNDAS DE PROCESSOS CRIMINAIS.

Você acredita que informações obtidas em uma investigação ou em processo criminal podem ser exibidas na mídia?

30 respostas



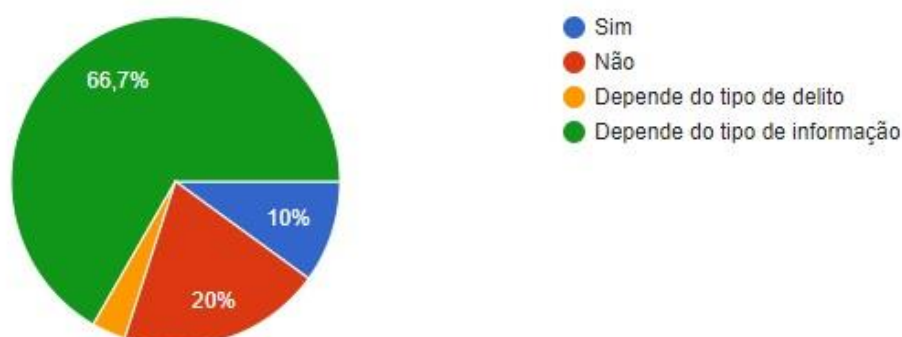
FONTE: A autora (2017).

Vê-se que reunidas as opções “sim” (2 respostas - 6,7%), “depende do tipo de delito” (4 respostas - 13,3%) e “depende do tipo de informação” (20 respostas - 66,7%), tem-se 86,7% de concordância das/os quintoanistas com a exposição midiática de informações derivadas de processos criminais.

GRÁFICO 17: POSTURA DAS/OS QUINTOANISTAS SOBRE UTILIZAÇÃO EM PROCESSOS CRIMINAIS DE INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELA MÍDIA.

Você acredita que informações obtidas pela mídia podem ser usadas em um processo criminal?

30 respostas



FONTE: A autora (2017).

Agregando-se as escolhas “sim” (3 respostas - 10%), “depende do tipo de delito” (1 resposta - 3,3%) e “depende do tipo de informação” (20 respostas - 66,7%), tem-se que 80% das/os formandas/os admitem a utilização de algum tipo de informação obtida pela mídia em um processo criminal.

Acerca da divulgação de informações oriundas de processos criminais, reconhece-se que o jornalismo pode atuar como vigia da “fronteira entre a civilização e a barbárie”<sup>113</sup>, necessitando, para tanto, exibir certo tipo de dado ligado a essa espécie de procedimento. Todavia, o risco de a abordagem ser inadequada, prejudicando o andamento regular do processo, é bastante presente. Como coloca Nilo Batista,

Quem duvida de que os infelizes foragidos cujos crimes são requintadamente exibidos no programa Linha Direta estão sendo julgados, sem defesa, naquele momento, e não pelo júri que referendará o veredicto de Domingos Meirelles?<sup>114</sup>

<sup>113</sup> MANIFESTO. *Carta Capital*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>>. Acesso em 7 nov. 2017.

<sup>114</sup> BATISTA, N. *Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2017, p. 4.

Nesse sentido, seria necessária uma comunicação mais profunda com as/os respondentes para conhecer o estilo de informação que acreditam passível de divulgação sem problemas.

No tocante à importação de dados angariados pela mídia para um processo criminal, a complicação é ainda maior. A Constituição da República dispõe em seu artigo 5º, inciso LV que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o *contraditório* e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” (grifo nosso)<sup>115</sup>. Nesse sentido, adotou a Carta Magna a teoria de Elio Fazzalari, que concebe o processo como espécie de procedimento marcado com o contraditório<sup>116</sup>. Sobre esse assunto, o pensamento fazzalariano estabelece que compõem o contraditório a garantia de não surpresa e o poder de influência paritário de ambas as partes, conforme se compreende do seguinte trecho, citado por Aline Pilati:

No processo, os poderes - cujo exercício é realizado através da participação das partes interessadas no provimento - são distribuídos entre os participantes, a fim de implementar uma correspondência eficaz e equivalente entre as posições subjetivas. Em termos estruturais, o desenvolvimento do processo se dá de forma dialética, verificada pela simetria das posições subjetivas, pelas mútuas implicações, bem como pela igualdade substancial na interação dos participantes. Por fim, o processo permite que os participantes exercitem um conjunto de escolhas, de reações, de controles e deva sofrer os controles e reações dos outros.<sup>117</sup>

Assim, uma informação que tenha sido produzida fora do processo, não seguindo a principiologia que o sustenta, fere o contraditório, retirando a natureza processual do procedimento que deveria ser cravado de atuação paritária das partes. Dessa forma, um dado midiaticamente construído não tem interferência dos envolvidos no jogo processual. Mesmo que sobre tal informação se debruce a parte que não a trouxe, a contaminação do julgador já terá ocorrido, ainda mais num contexto em que o direito “é rotineiramente substituído pela moral e pelas

<sup>115</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição*: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

<sup>116</sup> PILATI, A. G. *Juízo de admissibilidade da ação penal à luz da democracia processual penal*: exercício do contraditório prévio e dever de motivação. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015, p. 53.

<sup>117</sup> FAZZALARI, E. *Note in tema di diritto e processo*. Milano: Giuffrè, 1957, p. 110-111 apud PILATI, A. G. *Juízo de admissibilidade da ação penal à luz da democracia processual penal*: exercício do contraditório prévio e dever de motivação. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015, p. 56.

predileções político-criminais de juízes que agem como agentes de segurança pública, verdadeiros vingadores sociais”<sup>118</sup>.

Nesse sentido, parece bastante problemático que estudantes prestes a se tornarem egressas/os repute(m) aceitável introduzir mensagem estruturada pela mídia em um processo.

Passa-se, agora, a focar nas implicações dos canais midiáticos de entretenimento na percepção das/os estudantes dos grupos estudados.

#### 4.1.2 O impacto das mídias de entretenimento

Inicialmente, aponta-se que na categoria canais/meios/mídias de entretenimento incluem-se mídias cujo foco anunciado não seja o de noticiar informações, estando enquadrados, portanto, filmes, séries, novelas, documentários, entre outros. Todavia, não se ignora o caráter de entretenimento que as abordagens de notícias podem receber.

No presente estudo, foram lançadas duas perguntas sobre o assunto em tela. Uma acerca do contato com esse formato de mídia e outra sobre elementos que despertam atenção nesses meios. Começa-se observando as respostas do primeiro ano.

##### QUADRO 5: MÍDIAS DE ENTRETENIMENTO ACESSADAS PELO PRIMEIRO ANO.

- Inexistência de contato com esse tipo de material: 4 respostas
- Existência de contato, sem especificação do material: 1 resposta
- Existência de contato, com especificação do material:
  - How to Get Away With Murder: 17 respostas
  - CSI: 8 respostas
  - Law & Order: 6 respostas
  - American Crime Story: 4 respostas
  - Criminal Minds: 3 respostas
  - The Good Wife: 2 respostas
  - Scandal: 2 respostas
  - 12 Homens e uma Sentença: 1 resposta
  - American Crime: 1 resposta
  - Better Call Saul: 1 resposta
  - Bones: 1 resposta
  - Breaking Bad: 1 resposta
  - The Confession Tapes: 1 resposta
  - Documentário sobre Charles Manson: 1 resposta

<sup>118</sup> KHALED JR. S. H. Livre convencimento motivado: o império do decisionismo no Direito. *Justificando*. 18 out. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/10/18/livre-convencimento-motivado-o-imperio-do-decisionismo-no-direito/>>. Acesso em 7 nov. 2017.

- As Duas Faces de um Crime: 1 resposta
- House of Cards: 1 resposta
- Law & Order SVU: 1 resposta
- Legalmente Loira: 1 resposta
- Linha Direta: 1 resposta
- Making a Murderer: 1 resposta
- NCIS: 1 resposta
- Medical Detectives: 1 resposta
- Séries de investigação criminal e documentários sobre crimes na TV americana: 1 resposta
- Sherlock: 1 resposta
- V de Vingança: 1 resposta
- The Wire: 1 resposta

Fonte: A autora (2017).

Nota-se que o acesso a mídias de entretenimento envolvendo matérias criminais é patente, havendo apenas 4 respostas afirmando ausência de contato com essa espécie de material. Assim como ocorre com as notícias, vê-se uma espetacularização da questão criminal.

No concernente à origem do material, há uma inversão em relação ao que ocorreu nos meios de acesso a notícias favoritos. Aqui a predominância é de produções estadunidenses (24 produções contra uma brasileira), notadamente séries produzidas para televisão ou para o serviço de streaming “Netflix” (19 séries<sup>119</sup> são mencionadas). Em segundo lugar, ficam os filmes estadunidenses, sendo 4 deles mencionados.

Interessante notar que o único meio de entretenimento brasileiro mencionado é o programa de televisão policesco “Linha Direta”, que deixou de ser exibido em 2007<sup>120</sup>. Curioso, também, ser a percepção da/o estudante, classificando como de entretenimento um programa que, por tratar de casos reais, se pretende jornalístico. Não fica evidente, porém, se conseguiriam perceber a postura novelística em outros canais de notícias que não se portam de maneira policesca.

Além disso, foi apresentada pergunta sobre temas que despertam atenção nos referidos canais. As respostas são extensas, razão pela qual foram agrupadas em categorias específicas definidas a partir da separação de frases em cada

<sup>119</sup> Na categoria “séries” estão incluídas séries documentais, que constroem a narrativa com base em fatos reais.

<sup>120</sup> LINHA DIRETA. *Memória Globo*. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/linha-direta/evolucao.htm>>. Acesso em 17 nov. 2017.

opinião. Nesse âmbito, em relação primeiro ano foram estabelecidas 6 categorias específicas: *i)* Não, nada chama a atenção; *ii)* Sim, algo não especificado chama atenção; *iii)* Sim, uma série favorita chama a atenção; *iv)* Sim, a atuação dos agentes envolvidos no sistema de justiça criminal e/ou o funcionamento desse sistema chama a atenção; *v)* Sim, a narrativa sobre o crime chama a atenção e *vi)* Sim, a narrativa sobre o (suposto) autor do crime chama a atenção.

Três respostas contém diferentes frases que se adequam a distintas categorias. Curioso notar que a maioria das respostas, em número de 13, se enquadra na classe “Sim, a atuação dos agentes envolvidos no sistema de justiça criminal e/ou o funcionamento desse sistema chama a atenção”, o que pode implicar na introjeção de determinadas percepções sobre o papel dos atores do sistema criminal. Foram aqui alojadas 6 respostas atinentes ao momento investigativo da persecução criminal, assim estabelecidas a partir da presença de expressões como “atuação da polícia”, “busca”, “rapidez e inteligência para solução”, “a parte investigativa”, “procedimentos técnicos da investigação” e “dificuldade da polícia em encontrar o ‘bandido’”. Infere-se um lampejo de percepção crítica nessa última resposta ao colocar a palavra bandido entre aspas, como indicação de um desconforto no uso da expressão.

Há, também, nessa categoria, frases relativas à atuação de advogadas/os, promotoras/es e juízas/es, identificadas por expressões como “advogados”, “defesa”, “penas aplicadas”, “todas as partes”. Além disso, entram frases referentes ao funcionamento do sistema de justiça criminal, tanto aquelas que pretendem emitir menos juízos de valor como “rito do processo criminal estadunidense” quanto as que mencionam a existência de “punitivismo e ideal de vingança” e “justificação de decisões políticas”. Essa espécie de visão mais crítica dentro dessa categoria aparece apenas 3 vezes, sendo em uma delas indicada a “interferência não neutra da mídia”.

Intrigante, ainda, é o fato de 45% das pessoas que mencionam ter interesse em atuar na área criminal<sup>121</sup> indicam ter a atenção capturada por elementos englobados nessa categoria. Uma inclinação para o trabalho nesse campo por parte de indivíduos que, em regra, não tiveram grande contato com agentes da área pode decorrer, então, da relação com a imagem trazida pelos canais de entretenimento.

---

<sup>121</sup> Incluem-se aqui as/os estudantes que responderam “sim” ou “talvez” para a questão “Você pensa em atuar na área criminal?”.

A segunda classe de respostas mais escolhida foi “Não, nada chama a atenção”. Inserem-se, nesse ponto, 10 opiniões.

Há na categoria “Sim, a narrativa sobre o crime chama a atenção” 4 frases. São elas “casos reais”, “o mistério”, “a forma como o crime ocorreu” e “romantização de certos tipos de crimes”. Percebe-se nessa última indicação a presença de uma compreensão mais apurada sobre o tratamento conferido pelo canal midiático à narrativa, visão mais presente nas respostas de quintoanistas, como será visto adiante.

Restam com 3 frases cada as categorias: “Sim, uma série favorita chama a atenção” e “Sim, a narrativa sobre o (suposto) autor do crime chama a atenção”. Em relação ao primeiro item, duas respostas indicam a série “How To Get Away With Murder” e uma aponta a série “Criminal Minds”. No tocante ao segundo ponto, as frases são “perfil do criminoso”, “vislumbre/fascínio de algumas pessoas pelo assassino” e “tratamento com relação aos criminosos”, inexistindo o cuidado de utilizar as expressões estigmatizantes “assassinos” e “criminosos” entre aspas, como ocorreu anteriormente.

Finalmente, 1 resposta é englobada na categoria “Sim, algo não especificado chama atenção”.

Passa-se, então, para a análise da compreensão das/os quintoanistas.

#### QUADRO 6: MÍDIAS DE ENTRETENIMENTO ACESSADAS PELO QUINTO ANO.

- Inexistência de contato com esse tipo de material: 1 resposta
- Inexistência de contato com indicação de desgosto por esse tipo de material: 2 respostas
- Existência de contato, sem especificação do material: 3 respostas
- Existência de contato, com especificação do material:
  - How To Get Away With Murder: 15 respostas
  - 12 Homens e uma Sentença: 3 respostas
  - A 13ª Emenda: 2 respostas
  - Criminal Minds: 3 respostas
  - Law & Order: 3 respostas
  - Making a Murderer: 3 respostas
  - Breaking Bad: 2 respostas
  - A Caça: 2 respostas
  - CSI: 2 respostas
  - Law & Order SVU: 2 respostas
  - Narcos: 2 respostas
  - O Segredo dos seus Olhos: 2 respostas
  - Séries no estilo CSI: 2 respostas
  - Tese sobre um Homicídio: 2 respostas

- Amanda Knox: 1 resposta
- Black Mirror: 1 resposta
- Carandiru: 1 resposta
- Cidade de Deus: 1 resposta
- O Colecionador de Ossos: 1 resposta
- Demolidor: 1 resposta
- Dexter: 1 resposta
- Documentários sobre ditadura brasileira, sobre aborto, sobre estupros em universidades: 1 resposta
- Filmes do Hannibal: 1 resposta
- Filmes de ação e investigação: 1 resposta
- The Good Wife: 1 resposta
- NCIS: 1 resposta
- Notícias de uma Guerra Particular: 1 resposta
- Orange is the New Black: 1 resposta
- Ozark: 1 resposta
- Pablo Escobar: 1 resposta
- Scorpion: 1 resposta
- Seven: 1 resposta
- Silk: 1 resposta
- Testemunha de Acusação: 1 resposta
- White Collar: 1 resposta
- Existência de material desestimado:
  - CSI: 1 resposta
  - How To Get Away With Murder: 1 resposta

Fonte: A autora (2017).

Também entre os quintoanistas é explícito a intensa aproximação com a categoria de material em pauta: apenas 1 resposta indica ausência de contato, visto que as 2 respostas que apresentam desgosto por esse tipo de mídia necessariamente apontam a ocorrência anterior de uma exposição a esse formato de entretenimento.

Em relação à origem, continua a preponderância estadunidense, mas há uma diversificação. São citados 31 canais, organizados da seguinte forma: *i)* 16 séries estadunidenses; *ii)* 6 filmes estadunidenses; *iii)* 3 documentários brasileiros<sup>122</sup>; *iv)* 2 filmes brasileiros; *v)* 2 filmes argentinos; *vi)* 2 séries britânicas; *vii)* 1 série colombiana e *viii)* 1 filme dinamarquês. Nota-se, assim, que, diferentemente do

<sup>122</sup> Foram considerados três documentários por conta da resposta “Documentários sobre ditadura brasileira, sobre aborto, sobre estupros em universidades”, sendo cada um dos assuntos tomado como referente a um documentário.



primeiro ano, nesse grupo há maior expressividade de produções latinoamericanas, as quais totalizam 8 canais.

Da mesma forma como se procedeu o tratamento dos dados coletados do primeiro ano, foram definidas categorias específicas com base em frases. As categorias são: *i)* Sim, uma mídia favorita chama a atenção; *ii)* Não, nada chama a atenção; *iii)* Não sabe responder; *iv)* Sim, a atuação dos agentes envolvidos no sistema de justiça criminal e/ou o funcionamento desse sistema chama a atenção e *v)* Sim, a narrativa sobre o crime, os envolvidos ou o funcionamento do sistema chama a atenção.

Cabe, antes de analisar o enquadramento das respostas, aprofundar a diferenciação entre as categorias *iv* e *v*. As opiniões englobadas pelo item *iv* são aquelas que mencionam a atuação dos agentes como foco, ao passo que aqueles pontos de vista debruçados sobre a aproximação conferida à atuação dos agentes envolvidos no sistema de justiça criminal ou ao sistema em si são pertencentes ao grupo *v*.

No que toca ao número de opções pela categoria “Não, nada chama a atenção”, esse é levemente menor que o visto no grupo anterior, contando com seis assinalamentos. É igualmente menor a adesão a “Sim, uma mídia favorita chama a atenção”, que angaria 1 pessoa, a qual menciona os filmes “12 Homens e uma Sentença” e “A Caça”.

A maioria das respostas contém elementos ligados à narrativa sobre o crime, os envolvidos ou o funcionamento do sistema, entrando, então, na classe 5. São aqui inseridas 18 opiniões, subdivididas entre as que apresentam uma percepção crítica e as que não o fazem. As primeiras são assim classificadas pela presença de expressões como “falta de precisão”, “romantização”, “floreio das situações”, “sensacionalismo”, “irreal”, “não é verossímil”, “maniqueísmo” e “redução dos debates”. Entre as 18 respostas alocadas nesse feixe, 11 denotam essa postura, muito mais presente nos quintoanistas que nas/os estudantes do primeiro ano. É bastante plausível que essa divergência decorra do maior contato com o sistema de justiça criminal por meio de disciplinas, estágios e prática jurídica, indicando uma atuação positiva da educação sobre a compreensão das/os juristas em formação.

No que diz respeito a “Sim, a atuação dos agentes envolvidos no sistema de justiça criminal e/ou o funcionamento desse sistema chama a atenção”, a aparição de expressões aqui encaixáveis se dá em 6 respostas. As frases relativas à classe

em tela giram em torno de “argumentação”, “seletividade do sistema”, “punitivismo”, “racismo”, “falta de amparo às vítimas de crimes sexuais”, “violência da polícia”, sendo perceptível, portanto, uma forte presença de noção crítica perante o sistema.

A categoria restante é que trata dos que não souberam responder. Duas pessoas indicaram que não compreenderam a pergunta.

#### 4.1.3 Influência da mídia na escolha pelo curso de Direito

Tendo por base a concepção de que a mídia apresenta determinada imagem do universo jurídico, não necessariamente correspondente à realidade, a possibilidade de a abordagem midiática sobre esse campo ter influenciado a escolha das/os estudantes pelo curso de direito surgiu. Por essa razão, lançaram-se questionamentos nesse sentido para os grupos estudados, cujos resultados são a partir de agora analisados.

Antes de observar as informações coletadas, porém, cabe lembrar o potencial impacto emocional causado pelas abordagens midiáticas, que envolve o receptor da mensagem na narrativa, diminuindo a possibilidade deste de perceber a instalação da informação no aparelho psíquico. Nesse sentido, pode ser trazido para cá apontamento de Salah H. Khaled Jr., a partir de Piero Calamandrei: quantas vezes o juiz está em condições de saber porque decide da forma que decide?<sup>123</sup> Tendo em vista o exposto no capítulo 1 deste trabalho, poderia-se perguntar: quantas vezes a/o estudantes está em condições de saber *todas as razões* porque escolheu o curso que escolheu?

Isso posto, passemos aos dados coletados, começando pelo primeiro ano.

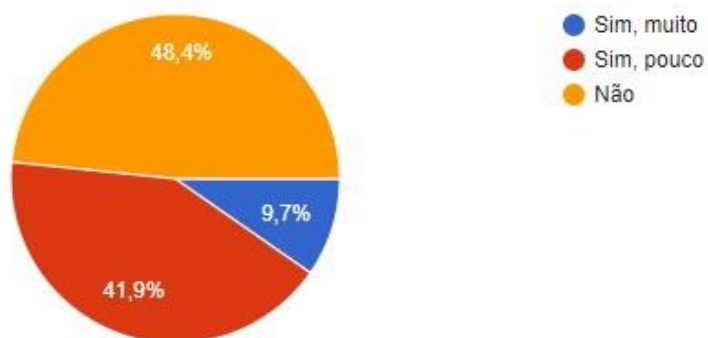
---

<sup>123</sup> KHALED JR. S. H. Livre convencimento motivado: o império do decisionismo no Direito. *Justificando*. 18 out. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/10/18/livre-convencimento-motivado-o-imperio-do-decisionismo-no-direito/>>. Acesso em 7 nov. 2017.

GRÁFICO 18: INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA ESCOLHA PELO CURSO DE DIREITO PARA AS/OS PRIMEIROANISTAS.

Você acredita que notícias, séries, filmes, novelas e/ou outras mídias sobre delitos ou políticas criminais fizeram parte da sua escolha por cursar direito?

31 respostas



FONTE: A autora (2017).

Pode-se ver que dos trinta respondentes, 16 enxergaram alguma influência da mídia em sua escolha pelo curso. Destes, três classificam como grande tal ingerência e 13 como pequena<sup>124</sup>.

Interessante perceber que aproximadamente 56% dos indivíduos dessa fatia apontaram como elemento que chama atenção em meios de entretenimento a atuação dos agentes envolvidos no sistema de justiça criminal<sup>125</sup>. Isso pode significar que essas pessoas observaram a narrativa midiática sobre atuação prática de carreiras jurídicas e consideraram-na instigante para ingresso no curso.

Todavia, não apenas na categoria de indivíduos que reconheceu influência da mídia em sua opção acadêmica houve pessoas que indicaram a atividade de atores ligados ao sistema de justiça criminal como estimulante. Entre as 15 respostas negativas ao quesito quanto interferência da mídia 3 pessoas<sup>126</sup> mencionaram tal ponto como atraente<sup>127</sup>. Há que se salientar, entretanto, que não é possível afirmar

<sup>124</sup> Afirmação “sim, muito” apareceu nas respostas nº 1, 9 e 10. Afirmação “sim, pouco” foi trazida nas respostas nº 5, 6, 12, 13, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26 e 29.

<sup>125</sup> Essa categoria de elemento foi indicada nas respostas nº 1, 10, 13, 17, 18, 20, 23, 25 e 26.

<sup>126</sup> Respostas nº 14, 27 e 30.

<sup>127</sup> A palavra é aqui usada não com o sentido de considerar um determinado objeto como positivo ou agradável, mas como capturador de atenção.

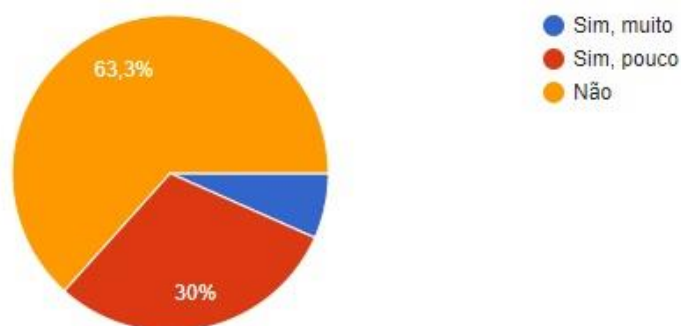
conclusivamente que esses indivíduos receberam condicionamento midiático em sua escolha, haja vista que a comunicação com o grupo estudado não foi suficientemente interativa e, ainda que tivesse sido, o que se teria como resultado da pesquisa deveria ser “encarado de forma provisória e aproximativa”<sup>128</sup>.

Por seu lado, o quinto ano teve as seguintes respostas:

GRÁFICO 19: INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA ESCOLHA PELO CURSO DE DIREITO PARA AS/OS QUINTOANISTAS.

Você acredita que notícias, séries, filmes, novelas e/ou outras mídias sobre delitos ou políticas criminais fizeram parte da sua escolha por cursar direito?

30 respostas



FONTE: A autora (2017).

Nota-se uma diminuição na porcentagem de pessoas que reconhecem uma ingerência da mídia na escolha pelo curso: aqui esse elemento aparece em 36,7% das respostas, ao passo que entre as/os primeiroanistas sua presença se dá em 51,6%. Existe a possibilidade de o lapso temporal transcorrido entre a escolha pelo curso e o momento de aplicação do questionário ter influenciado tal resultado, tendo em vista a passagem de, pelo menos, 5 anos<sup>129</sup>.

Esse é o cenário produzido pelas respostas aos questionamentos relativos à criminologia midiática. A outra categoria geral explorada nas perguntas foi o ensino jurídico criminal, adiante abordado.

<sup>128</sup> GOMES, R. A Análise de dados em pesquisa qualitativa, p. 79. In: MINAYO (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. cap. IV.

<sup>129</sup> Tempo contado a partir das proximidades da inscrição no vestibular até o momento de aplicação da pesquisa.

## 4.2 O LUGAR DA EDUCAÇÃO JURÍDICA NA FORMAÇÃO DE IMAGINÁRIO(S) SOBRE A QUESTÃO CRIMINAL

Neste tópico são abordadas as questões encaixadas na categoria geral “educação jurídica criminal”. No que toca ao questionário apresentado ao primeiro ano, observam-se as respostas ao quesito 24, limitado ao ensino, pelas razões já expostas, referente às expectativas acerca das disciplinas obrigatórias da área criminal. Em relação ao quinto ano, o estudo se dá sobre os itens 23 a 26, nos quais há perguntas tanto sobre ensino quanto outros momentos da formação jurídica.

No concernente às expectativas das/os primeiroanistas sobre o ensino jurídico criminal, pode-se afirmar que são elas positivas. Essa postura é demonstrada pelo contraste entre os sujeitos que esperam que as aulas sejam “empolgantes” (23 respostas - 74,2% dos respondentes) e a espera por aulas “entediantes” (1 resposta - 3,2%)<sup>130</sup>.

Acerca da metodologia, é intenso o anseio pelo estudo de casos reais, apresentado por 90,3% das/os estudantes (28 respostas). Em segundo lugar, são mencionados debates (74,2%), seguidos por júris simulados (58,1%), atividades em grupo (48,4%) e comparação de teoria e realidade (3,2%).

Diante de tais dados é possível inferir que, apesar de o Tribunal do Júri não ter figurado entre os temas que mais chamam atenção em notícias, ele tem presença relevante no imaginário desse grupo, haja vista que cerca de 58% das pessoas nele inseridas esperam a realização de júris simulados como parte de sua formação.

Uma vez analisadas as expectativas acerca do ensino, pode-se confrontá-las com a percepção das/os quintoanistas sobre o tema. Como se verá, apesar do reconhecimento, em geral, da importância do ensino e de atividades externas à sala de aula na construção de uma percepção crítica sobre a questão criminal, a maioria das/os formandas não restou plenamente satisfeita no contato acadêmico com a matéria.

Inicia-se a análise com a observação das razões que afastaram o interesse das/os estudantes pela atuação profissional no campo criminal. Nesse âmbito, as respostas das 15 pessoas que afirmaram não ter anseio em trabalhar na área foram

---

<sup>130</sup> A contagem não fecha 100% porque as alternativas foram lançadas em conjunto com outras alternativas, sendo possível responder a questão sem assinalar nenhuma das expressões mencionadas.

agrupadas em 4 categorias, quais sejam: *i)* sem indicação de motivo; *ii)* ausência de interesse pela matéria; *iii)* sem interesse e sem capacidade para lidar com a matéria e *iv)* frustração e discordância com o sistema de justiça criminal e a atuação do profissional da área.

A maior parte das respostas (6 opiniões) alocam-se na categoria *ii*, ausência de interesse pela matéria. Em seguida, contando 5 manifestações, aparece o grupo que se sente frustrado com o sistema e com a atuação profissional. As respostas aqui inseridas são aquelas que contam com frases como “não há perspectiva de atuação que faça diferenças concretas”, “prerrogativas do processo penal são desrespeitadas”, “não estou preparada para lidar com esse ambiente”, “risco ao profissional” e “não concordo com o sistema atual”. Nota-se, nesse sentido, que o contato com as mazelas do sistema criminal provocou uma sensação de impotência nesses estudantes. Também é perceptível sentimento semelhante nas respostas enfileiradas na categoria *iii*, em que as/os 2 estudantes afirmam “não ter estômago para isso” e “não ser boa com a área”.

As questões lançadas posteriormente versam diretamente sobre componentes da formação da/os juristas, entre os quais estão ensino, pesquisa, extensão, iniciação à docência e mobilização estudantil. Considerou-se fundamental abordar os quatro últimos pontos por se entender que são necessários para uma formação que provoque a/o estudante a enxergar as contradições do meio social e a perceber que a este mesmo meio pertence o campo acadêmico. Isso porque tais práticas ocorrem em terrenos onde mais facilmente a/o estudante semeia sua autonomia ao encarar a necessidade de elaborar conhecimentos diversos ou para além daqueles apresentados pelo discurso hegemônico muitas vezes paralisante do ensino, como explorado no capítulo um.

Ademais, a Constituição da República reconhece expressamente em seu artigo 207 a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão<sup>131</sup>. Importante frisar que nessa inter-relação reside a semente de um modelo pedagógico emancipatório que se opõe ao tecnicismo pelo qual tem se reproduzido aquilo que Paulo Freire denominou como “educação bancária”, aquela na qual o educando é visto como vazio e à espera do educador para que este deposite seu

---

<sup>131</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição*: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988

conhecimento<sup>132</sup>. A pesquisa e a extensão, ao promoverem o contato com a realidade que circunda a/o estudante por meio de sua atuação ativa, mostram-se ambientes instigantes à compreensão da complexidade dos fenômenos sociais, facilitando, assim, a percepção das inconsistências do discurso imerso no senso comum teórico.

Tendo em mente tais considerações, pode-se colocar o foco nos quesitos 24 e 25, em que se pergunta acerca da participação em projeto de extensão, projeto de pesquisa, grupo de estudos, coletivo acadêmico, partido acadêmico ou projeto de iniciação à docência e do impacto desses em sua percepção. Para o tratamento das informações coletadas, foram estabelecidas 3 categorias específicas: *i*) Não participou de nenhum espaço; *ii*) Participou de algum espaço, mas isso não interferiu na percepção sobre a questão criminal e *iii*) Participou de algum espaço e isso interferiu na percepção sobre a questão criminal.

Um primeiro ponto a se destacar é o alto índice de atuação nos campos mencionados. Apenas cinco pessoas (cerca de 17%) afirmaram não ter integrado algum dos referidos espaços, sendo essas respostas alocadas na categoria *i*. Das vinte e cinco outras respostas, nove estão na categoria *ii* e dezesseis no grupo *iii*.

Em relação à categoria *ii* ("Participou de algum espaço, mas isso não interferiu na percepção sobre a questão criminal"), três pessoas especificaram qual foi o papel da participação em tal espaço. A resposta de duas delas é no sentido de ampliação da forma de ver o mundo e lidar com pessoas e a terceira opinião é quanto ao fortalecimento da vontade de lecionar. Pode-se ver que nesses casos as/os formandas/os não conseguiram romper a segmentação das disciplinas ao não perceberem que as ingerências mencionadas contribuem para uma visão de mundo mais acolhedora e cidadã, levando, assim, a postura sobre a questão criminal para um local também mais democrático. A segmentação do saber também é explícita em três respostas que não especificaram a contribuição das atividades em pauta, opiniões nas quais se diz que o trabalho não foi na área criminal.

No que toca à categoria *iii* ("Participou de algum espaço e isso interferiu na percepção sobre a questão criminal"), aqui está alojada a maioria dos pontos de vista (16 respostas, aproximadamente 53%). Cinco respostas não pormenorizaram de que forma se deu a perturbação de suas concepções. Entre as demais, duas

---

<sup>132</sup> FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005, p. 80.

peessoas apontaram que puderam perceber as falhas do sistema, sendo que uma delas afirma ter se afastado da área por essa razão. Seis opiniões demonstraram a construção de um olhar mais desconfiado em relação aos discursos acerca do sistema criminal por meio de expressões como “formação de pensamento crítico”, “quebra de senso comum”, “menos romantizada”, “compreender as premissas de cada discurso” e “choque de realidade”. Duas respostas indicaram a percepção de uma relação entre sistema penal e sistema social/econômico.

Um ponto no qual há diferenciação entre as respostas das categorias *ii* e *iii* é a segmentação do saber. Entre os pontos de vistas enfeixados na categoria *iii* que detalharam o impacto das atividades extra-ensino (11 respostas), apenas de quatro infere-se contato direto com a área criminal. Assim, para as sete outras pessoas é visível a contribuição dos trabalhos em pauta mesmo sem ligação imediata com a questão criminal, demonstrando, então, uma compreensão da formação como global, diferentemente do que ocorreu na categoria *ii*.

A pergunta seguinte versa sobre a análise das aulas e metodologias empregadas nas disciplinas obrigatórias, bem como sobre a ingerência dessas matérias no olhar sobre a questão criminal. Desta forma, a observação dos dados é feita com base nos três eixos indicados: 1) análise geral das aulas das disciplinas obrigatórias; 2) análise sobre a metodologia e 3) análise sobre o impacto das disciplinas na percepção da questão criminal. Para cada eixo são definidas categorias específicas, adiante apresentadas.

No eixo 1 são elaboradas três categorias: *i*) Análise geral especificada por disciplina; *ii*) Análise geral conjunta de todas as disciplinas; *iii*) Sem análise geral das disciplinas.

No que diz respeito à categoria *i*, sete respostas são englobadas, havendo em um duas delas dois julgamentos diferentes em relação a uma das disciplinas. As expressões selecionadas como positivas foram “excelentes”, “sensacionais”, “muito importante”, “maravilhoso”, “essencial”, “boas”, “boa”, “muito bons”, “importante” e “muito boas”. As expressões classificadas como negativas, por sua vez, foram “péssima”, “fraco”, “não gosto”, “não abordou adequadamente”, “pouco ou nada acrescentaram”, “maçante” e “uma lástima”. O panorama oferecido por disciplina é o seguinte: *i*) Criminologia: 7 menções, das quais 6 positivas e 1 negativa; *ii*) Direito Penal: 7 menções, em que 3 são positivas e 4 negativas e *iii*) Direito Processual



Penal: 7 menções, sendo 3 positivas e 4 negativas. Nesse sentido, apenas criminologia é bem avaliada na maioria das manifestações.

Em relação ao grupo *ii* (“Análise geral conjunta de todas as disciplinas”), este contém 14 respostas. O cenário conferido nesse ponto é preocupante: apenas duas avaliações são positivas, atribuindo às matérias os adjetivos “razoável” e “muito importantes”. Os marcadores negativos, por seu lado, apareceram nas outras 12 opiniões, sendo eles “ruins” (4 aparições), “horríveis” (2 menções), “péssimo”, “péssimas”, “cansativas”, “poucas”, “não tive boa formação” e “deixaram a desejar”.

As pessoas que não trouxeram avaliação geral das aulas são nove e suas respostas foram enquadradas no item *iii*.

O segundo eixo presente nas posturas das/os estudantes é relativo à metodologia. As categorias específicas observadas nesse ponto são: *i*) Avaliação da metodologia em geral; *ii*) Avaliação da metodologia por disciplina e *iii*) Sem avaliação da metodologia.

No primeiro grupo (“Avaliação da metodologia em geral”) se colocam oito respostas. Em três dessas opiniões se indica o anseio por uma abordagem mais prática do conteúdo. Aqui são possíveis duas inferências divergentes: de um lado, essa vontade pelo aspecto prático pode representar uma contaminação pelo tecnicismo, avesso ao expressivo trabalho sobre os fundamentos teóricos; de outro lado, pode significar um desejo de conhecer instrumentos a serem utilizados no contato com a realidade social. Nesse sentido, se mostra necessária maior interlocução com as/os respondentes para se alcançar uma dedução mais conclusiva.

Ainda nessa categoria, duas são as posturas que almejam maior profundidade nos debates. Também aparece em dois posicionamentos o desejo de maior envolvimento da/os estudantes nas aulas. Há, ademais, uma resposta que indica a necessidade de a/o professor/a destacar sua opinião ao longo da exposição e uma opinião que busca a supressão de exemplos preconceituosos.

No grupo *ii*, em que se avalia a metodologia com individualização das disciplinas, existem sete análises. Em quatro desses posicionamentos é mencionada a criminologia, direito penal é mencionado cinco vezes e direito processual penal é citado três vezes.

Acerca da criminologia, uma avaliação é negativa, ressaltando a necessidade de mais debates em sala. As demais são positivas, referindo-se à qualidade dos

materiais indicados e à perspectiva crítica passada com utilização do modelo expositivo.

Em relação a direito penal, das cinco citações, duas são positivas, afirmando que por meio de sistemática expositiva foi demonstrada uma abordagem crítica. As outras três avaliações são negativas, apontando a necessidade de mais debates em sala, a falta de proveito na leitura de artigo por artigo da legislação e a ausência de materiais para além da opinião da/o professor/a.

No que toca ao direito processual penal, três análises destacam atributos negativos, quais sejam, a ausência de trabalho com peças e estratégias processuais, a mera leitura de código e a ausência de espaço para discussão. Cabe aqui o mesmo apontamento sobre possível efeito do tecnicismo. A avaliação positiva, por seu turno, diz respeito à abertura para debates ao longo das aulas expositivas.

Finalmente, nota-se que na categoria *iii* (“Sem avaliação da metodologia”) estão presentes quinze respostas.

Diante desses dados pode-se notar uma grande similaridade entre os anseios de primeiro e quintoanistas. Ambos os grupos almejam aulas dinâmicas, com debates e abordagem prática. A contraposição reside entre a expectativa do primeiro conjunto e a frustração do segundo.

Enfim, o eixo três (análise sobre o impacto das disciplinas na percepção da questão criminal) conta com as categorias específicas. São elas: *i*) houve mudança na percepção; *ii*) não houve mudança na percepção e *iii*) não fez comentários sobre mudanças de percepção.

No tocante ao grupo que enxerga uma mudança na percepção sobre a questão criminal, treze são as/os estudantes que aqui se encontram, sendo que três indicam a disciplina de criminologia como principal catalisador das alterações. Entre as respostas, em seis não há detalhamento acerca das alterações na compreensão. Em meio às sete avaliações pormenorizadas, duas indicam que a má formação na área conduziram sua percepção à necessidade de afastamento do campo. As demais opiniões expressam que a mudança na visão por conta da reflexão acerca de preconceitos e pela percepção das falhas do sistema penal.

Relativamente à categoria *ii* (“não houve mudança na percepção”), tem-se sete respostas aqui fixadas. Duas avaliações desse grupo são no sentido de uma consolidação de percepção elaborada anteriormente. Similarmente, as outras quatro

considerações se voltam para a alteração da compreensão em espaços diversos, como estágios e artigos.

Por último, dez pessoas se posicionaram na categoria *iii* ao não tecer comentários sobre o tema.

Além do exposto, um assunto mostrou-se relevante para as/os respondentes e que perpassou todos os eixos foi a avaliação das/os professoras. Treze pessoas fizeram um total de vinte e uma menções a professoras/es, individualmente ou não, sendo doze negativas e nove positivas.

Finalmente, a derradeira pergunta constante do questionário apresentado ao quinto ano versa sobre a presença e avaliação de disciplinas tópicas na área criminal. Nesse âmbito, metade das/os respondentes participou dessa espécie de matéria. Dessas/es, onze consideraram as tópicas mais interessantes que as obrigatórias e quatro avaliaram como semelhante o nível de atratividade entre ambas.

Dentre as respostas direcionadas à similitude de interesse entre os tipos de disciplinas, duas opiniões são no sentido de não haver diferença por conta da aplicação da mesma metodologia em ambas. As outras duas não consideram as tópicas mais interessantes e sim mais profundas e mais dinâmicas.

Já no concernente às onze pessoas que julgaram tópicas mais envolventes, as motivações são as seguintes: *i*) postura das/os professoras/es (4 menções); *ii*) cobertura de lacunas deixadas pelas obrigatórias (3 menções); *iii*) interesse pelo assunto abordado (3 menções); *iv*) especificidade (2 menções); *v*) profundidade (2 menções); *vi*) espaços de discussão (2 menções); *vii*) abordagem mais prática (1 menção); *viii*) turma menor (1 menção) e *ix*) capacidade de estimular (1 menção).

Defronte a essas informações, é possível perceber que, apesar de apenas uma resposta lembrar expressamente da importância do tamanho reduzido da turma, outros itens apontados são propiciados pelo pequeno número de estudantes. É o caso da profundidade, do espaço de discussão e da postura das/os professoras/es, tendo em vista que a menor quantidade de alunas/os permite maior interatividade com as/os professoras/es, criando, assim, um local de diálogo mais profundo.

Ademais, nota-se a atribuição de características mais positivas às disciplinas tópicas que às obrigatórias, algumas delas, inclusive, remetendo às faltas observadas nessa última espécie. Vale lembrar que grande parte do julgamento

negativo perante as obrigatórias relaciona-se às expectativas das/os primeiroanistas quanto ao ensino jurídico criminal. Dessa forma, podem ser as matérias tópicas concebidas como espaços onde os anseios estudantis são mais correspondidos.

Diante do exposto neste capítulo, é possível traçar um esboço de perfil das/os primeiroanistas e formandas/os do curso de direito da UFPR no concernente à questão criminal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados, ousa-se rascunhar um perfil de estudante primeiroanista e quintoanista. Nesse esboço, há espaço para a afirmação de que a pessoa inserida em ambos os grupos é exposta à espetacularização da questão criminal, visto que 100% dos indivíduos responderam ter contato com notícias sobre o assunto e 91,8% afirma já ter se aproximado de mídias de entretenimento envolvendo a temática.

Em relação às pessoas que cursam o primeiro ano, é possível cogitar este retrato: a grande maioria não integra ou integrou algum movimento social, apesar de seguir um viés crítico, ao menos no que toca ao campo criminal. Nesse mesmo campo quase não estão familiares, atuando profissionalmente, de quem participou da pesquisa, mas há certa expressividade de membros da família no direito como um todo.

No que toca ao vínculo com a mídia, a grande maioria explora notícias por meios eletrônicos, dentre as quais o foco no segmento criminal se dá especialmente sobre violência doméstica e familiar, delitos sexuais, homicídios, superlotação carcerária, corrupção e outros delitos econômicos e crimes de ódio. No tocante às mídias de entretenimento, o acesso é massivamente direcionado a séries estadunidenses, nas quais a atuação dos agentes envolvidos no sistema de justiça criminal é o elemento mais cativante. Ademais, em termos de envolvimento com a representação do direito oferecida pela mídia, a maioria enxerga ingerência dessa última na escolha pelo curso de direito.

Em geral, as/os primeiroanistas apresentam postura progressista quanto a temas ligados à questão criminal; há grande apoio à descriminalização do aborto, intensa repulsa à pena de morte, certa desconfiança em relação à descriminalização e à regulamentação de uma política de drogas não proibicionista, ausência de posicionamento quanto às 10 medidas contra a corrupção propostas pelo Ministério Público Federal - MPF e uma alta valorização dos princípios da presunção de inocência e da ampla defesa.

No que toca à relação entre mídia e processo penal, porém, quase a generalidade admite algum tipo de fluxo de informações entre os dois pólos,

encarando com certa naturalidade a incorporação de dados construídos pela mídia em processos criminais.

Por fim, o grupo espera tomar contato com um ensino jurídico criminal que se mostre empolgante, sendo que quase a totalidade almeja trabalhar com casos reais. Também há grande anseio por debates e júris simulados e relativo interesse por atividades em grupo.

Passados os anos de graduação, a perspectiva que as pessoas quase egressas passam é a de uma maior inserção em ambientes de movimento social, o que pode resultar, dentre outras variáveis, da interferência da educação jurídica. No que toca ao contato anterior ao ingresso no curso com pessoas atuantes no universo jurídico, é relativamente alto, mas não especialmente na área criminal.

Acerca da ligação com a mídia, a maioria acessa notícias por meios eletrônicos e tem algum canal de preferência. Quase todas as pessoas consideram impossível a transmissão neutra de mensagens pela mídia e nessa as matérias que recebem destaque são delitos sexuais, violência doméstica e familiar, superlotação carcerária, corrupção e outros delitos econômicos, tráfico de drogas e crimes de ódio. Em relação a mídias de entretenimento, via de regra se buscam séries estadunidenses, mas também há expressivo contato com produções latinoamericanas. A atenção ao conteúdo desses meios é, geralmente, voltada à narrativa sobre o crime, à qual se direciona olhar desconfiado, perceptivo de romantização e imprecisão. Essa desconfiança também é passada à interferência da mídia sobre a escolha pelo curso, já que a maioria não a vê em seu processo de opção profissional.

Igualmente ao grupo anterior, são exibidas posturas progressistas perante temas atinentes à questão criminal. Todavia, o curso de dados entre mídia e processos criminais é altamente admitido, mas levemente menos que no grupo anterior. Ainda assim, mesmo quase ao final do curso, amplo segmento não considera problemática a importação para processos criminais de dados midiaticamente produzidos.

Em relação à educação jurídica, é intensa a participação em espaços para além do ensino. Da porção que vivenciou esse tipo de experiência, pouco mais da metade considera-se em razão disso impactada na percepção sobre a questão criminal, tendo certa expressividade a afirmação de quebra de sentidos comuns.

No que toca especificamente ao ensino jurídico, uma maioria com pequena vantagem não considera as disciplinas obrigatórias como impactantes, em razão da presença insuficiente de elementos como debates e envolvimento das/os estudantes. Há, nesse âmbito, ademais, relativa fixação dos problemas ou dos méritos das disciplinas na/o professor/a. Em relação às disciplinas tópicas, metade do grupo as cursou e, desta, a maioria sentiu maior correspondência às suas expectativas, em razão de maior inclusão dentro do espaço de discussão, por exemplo.

Assim, num panorama geral, pode-se cogitar que há uma intensa ligação com a criminologia midiática pela alta exposição à perspectiva dos meios de comunicação sobre a questão criminal, apesar de quintoanistas serem mais céticos/os quanto ao impacto desse dispositivo sobre suas percepções. A despeito de tal conexão acentuada com a criminologia midiática, a compreensão punitivista não se apresenta altamente difundida nos grupos num primeiro momento. Em uma análise mais aprofundada, porém, vê-se o que pode ser tomado como certa ingenuidade diante do papel que a mídia pode exercer no âmbito jurídico, passando despercebida a dificuldade de certos trânsitos entre os dois complexos.

Finalmente, em relação à educação jurídica, a expectativa é por uma empolgante dinamicidade, possivelmente poluída por um anseio tecnicista de pular a etapa de contato com os fundamentos. De outro lado, o que se tem é a percepção de uma contribuição não expressivamente relevante do ensino para com a formação, havendo, porém, dentro desse contexto de certa frustração, relativa consideração pelas disciplinas tópicas e um pouco mais de gratidão às atividades educativas diversas do ensino. Assim, pode-se dizer que estudantes de ambos os grupos buscam espaços onde sua voz ecoe e sua atuação seja tomada em conta.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo? & O Amigo*. Chapecó: Argos, 2014.

ALMEIDA, A. L. V. de. Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em Direito), Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

ANGOLA, C. de. A grande mídia e a cobertura sobre os massacres no sistema carcerário. *Brasil de Fato*. 07 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/02/07/artigo-a-grande-midia-e-a-cobertura-sobre-os-massacres-no-sistema-carcerario/>>. Acesso em 10 nov. 2017.

BATISTA, N. *Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2017.

BOURDIEU, P. *Razões Práticas*. Campinas: Ed. Papirus, 1996, p. 21-22.

\_\_\_\_\_. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 28.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição*: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRUM, E. A lei não é para todos: Como a Lava Jato reforça no país uma ideia perigosa: a de que prisão é justiça. *El País*. 04 set. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/04/opinion/1504537298\\_383906.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/04/opinion/1504537298_383906.html)>. Acesso em 08 nov. 2017.

DEMO, P. *Cuidado metodológico*: signo crucial da qualidade. Revista Sociologia e Estado, Brasília, v. 17, n. 2, p. 349-373, jul/dez 2002, p. 11. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9646/1/ARTIGO\\_CuidadoMetodologicoSigno.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9646/1/ARTIGO_CuidadoMetodologicoSigno.pdf)>. Acesso em 9 out. 2017.

DINIZ, D. A marca do dono. *O Estado de S. Paulo*. 09 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,a-marca-do-dono,1094960>>. Acesso em 09 nov. 2017.

GOMES, R. *A Análise de dados em pesquisa qualitativa*, p. 68. In: MINAYO (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. cap. IV.

GONÇALVES, M. R. G. *Pensar é seguir a linha de fuga do voo da bruxa*: Pesquisa sociopoética com estudantes de Direito sobre a arte na formação do jurista. 2013. 374 f. Tese (Doutorado em Direito), Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília. 2013.



KHALED JR. S. H. Livre convencimento motivado: o império do decisionismo no Direito. *Justificando*. 18 out. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/10/18/livre-convencimento-motivado-o-imperio-do-decisionismo-no-direito/>>. Acesso em 7 nov. 2017.

LIMA, A. L. C. de. *O discurso jurídico no contexto dos cursos de direito no Brasil: reflexões a partir das teorizações de Pierre Bourdieu*. In: FONSECA, R. M. (Org.). *Direito e discurso: discursos do Direito*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006, p.112.

LINHA DIRETA. *Memória Globo*. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/linha-direta/evolucao.htm>>. Acesso em 17 nov. 2017.

MANIFESTO. *Carta Capital*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>>. Acesso em 7 nov. 2017.

MEZZAROBBA, O., DAL RI JÚNIOR, A., ROVER, A.J., MONTEIRO, C.S. (Coord.). *Epistemologia e Ensino do Direito: o sonho acabou* - Luis Alberto Warat. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

PEREZ, L. Quando a violência contra a mulher vira espetáculo na mídia: o que aprendemos com o caso Eloá. *Think Olga*. 04 out. 2016. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2016/10/04/quando-violencia-contra-mulher-vira-espetaculo-na-midia-o-que-aprendemos-com-o-caso-eloa/>>. Acesso em 09 nov. 2017.

PILATI, A. G. *Juízo de admissibilidade da ação penal à luz da democracia processual penal: exercício do contraditório prévio e dever de motivação*. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015, p. 53.

QUEM somos. *Brasil de Fato*. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/quem-somos/>>. Acesso em 7 nov. 2017.

RAMOS, B. V. *Direito ao dissenso*. In.: BATISTA, V. M. (Org.). *Criminologia de Cordel*. Paz Armada. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2013, p. 16.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILVA, A. V. M. *A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro*. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644737/15765>>. Acesso em 17 jun. 2017.

STRECK, L. *Tribunal do Júri: símbolos e rituais*. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

WARAT, L. A. *Incidentes de ternura: Breve prelúdio para um discurso sobre o ensino jurídico, os direitos humanos e a democracia nos tempos do pós-totalitarismo: Ensino jurídico: o fracasso de um sonho*, p. 374. In: MEZZARROBA, O., DAL RI JÚNIOR, A., ROVER, A.J., MONTEIRO, C.S. (Coord.), *Epistemologia e Ensino do Direito: o sonho acabou - Luis Alberto Warat*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 373-394.

\_\_\_\_\_. *Manifesto do Surrealismo Jurídico*. São Paulo, Acadêmica, 1988, p. 39.

\_\_\_\_\_. *Saber crítico e senso comum teórico dos juristas*, p 32-33. In: MEZZARROBA, O., DAL RI JÚNIOR, A., ROVER, A.J., MONTEIRO, C.S. (Coord.). *Epistemologia e Ensino do Direito: o sonho acabou - Luis Alberto Warat*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 27-34.

ZAFFARONI, E.R. *A Questão Criminal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013, item 37, edição e-pub.

ZAPATER, M. 08 anos de Lei Maria da Penha: como a violência doméstica contra mulheres é mostrada na TV? Uma breve retrospectiva. Deu na TV. 08 ago. 2014. Disponível em: <<https://deunatv.wordpress.com/2014/08/08/08-anos-de-lei-maria-da-penha-como-a-violencia-domestica-contra-mulheres-e-mostrada-na-tv-uma-breve-retrospectiva/>>. Acesso em 09 nov. 2017.

ZIZEK, S. *Eles não sabem o que fazem: O sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992, p. 122.